

DEMONSTRAÇÕES



CONTÁBEIS



PAC - 2022

CERNHE COOPERATIVA DE ENERGIA RURAL

Sumário

1 - Relatório da Administração Societário	2
Carta da Diretoria	4
Carta do Presidente	5
Carta do Contador	6
Cenário	7
Distribuição	7
Tecnologia da Informação	11
Desempenho Econômico-Financeiro	11
Investimentos	13
Obras e Manutenção	15
Gestão	16
Agradecimentos	19
2 - Balanço Patrimonial Societário	20
Balanços Patrimoniais	21
Demonstrações do Resultado	22
Demonstrações do Resultado Abrangente	23
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	24
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	25
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	26
Parecer do Conselho Fiscal Sobre as Demonstrações Contábeis Societária	49
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	50
3 - Relatório Da Administração Regulatório	53
Carta da Diretoria	55
Carta do Presidente	56
Carta do Contador	57
Cenário	58
Distribuição	58
Tecnologia da Informação	62
Desempenho Econômico-Financeiro	62
Investimentos	64
Obras e Manutenção	65
Gestão	66
Agradecimentos	69
4 - Balanço Patrimonial Regulatório	70
Balanço Patrimonial	71
Demonstração do Resultado do Exercício	73
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	75
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	77
Notas Explicativas Regulatórias	78
Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Regulatória	118
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias	119

1 - Relatório da Administração Societário

Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta da Diretoria

Em 2022 a CERNHE manteve em alta a qualidade e satisfação do consumidor, demonstrando que a Administração está correta quando foca na manutenção, investimentos pontuais e solução definitiva de longo prazo. Hoje temos um sistema estável em que o consumidor confia e responde bem as pesquisas.

Quem investe no meio rural se preocupa apenas com seus negócios e lazer, pois confiam na estabilidade da energia.

Em 2022 realizamos compra de energia via mercado livre, como forma de oferecer melhores tarifas aos consumidores.

- ✓ **Sua Cooperativa é bem administrada e não oferece risco ao Cooperado;**
- ✓ **Atende a todos com eficiência, cordialidade e ética profissional;**
- ✓ **Consumidor está satisfeito com a qualidade;**
- ✓ **Não existem processos parados e reclamações sem solução;**
- ✓ **Concluimos todas as obras antes do prazo de lei, sem que ninguém tenha que implorar ao Diretor Presidente e isto é respeito ao Cooperado.**

José Antônio Redígolo (Presidente).

Fausto Mizael (Vice-Presidente) - Manoel Carlos Ribeiro (Secretário).

Conselho de Administração: Claudio João Trolezi, Claudinei Ruis Mestriner, Josimar Alves do Valle e Luiz Antonio Rangel. Suplentes: Dirceu João Borali e Adalberto Sanches Valera.

Conselho Fiscal: Alcides R. Zana, Orlando Emilio Della Togna e Wilson José de Lazari.

Suplentes C. Fiscal – Arlindo Delsim, João Antonio Q. Fracasso e

Reinaldo Ap. Gotardo.

Carta do Presidente

Caros cooperados e consumidores, a CERNHE continua desempenhando seu papel com excelência na distribuição de Energia Elétrica de qualidade, ao produtor rural no campo e aos consumidores nos condomínios localizados nas áreas rurais dos municípios por ela atendidos.

Graças a administração prudente e cautelosa, fazendo aplicação de seus recursos no sistema de distribuição e sempre primando pela qualidade deste sistema, a CERNHE conseguiu superar dois anos de pandemia COVID-19 e as incertezas do mercado financeiro fragilizados pela guerra entre Ucrânia e Rússia. Os investimentos realizados se refletem na estabilidade do sistema e na satisfação do consumidor.

Muitos foram os projetos realizados no ano de 2022, no entanto nosso trabalho não está terminado, precisamos constantemente melhorar e para isto novos projetos estão sendo desenvolvidos para acompanhar o crescimento e a evolução do sistema de distribuição.

Desafios como a ampliação de instalação de fontes geradoras de energia fotovoltaica e a redução da tarifa para melhor atender aos consumidores nas suas necessidades diárias de consumo de energia, fazem com que a CERNHE sempre busque novos caminhos e soluções.

Sempre no melhor interesse em atender seus consumidores a CERNHE passará a adquirir energia no mercado livre através de leilão público conforme regulamentação da ANEEL e com isso estará melhorando as condições de seu processo de revisão tarifária podendo assim propiciar energia de qualidade e custo reduzido frente às antigas metodologias de compra de energia.

Trabalhamos para levar progresso e lazer aos consumidores que estão no campo.

Agradeço a Deus pela oportunidade de continuar administrando esta honrosa empresa, aos colaboradores, diretores e parceiros terceirizados.

José Antonio Redígolo.
Diretor Presidente

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL. Ainda em atendimento a ANEEL destacamos que todas as certidões negativas nas diversas esferas, municipal, estadual, federal e regulatória, foram apresentadas nos prazos definidos.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED ECD, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Pedro Juliano Bete
Contador
CRC – 1SP293404/O-7

Cenário

A CERNHE vai muito bem, porém sofre como todo agente de Distribuição os efeitos da transformação do mercado de energia. Cada vez mais, exige-se profissionalismo e muita dedicação para acompanhar toda evolução do sistema tornando-se competitiva para manter-se no mercado.

Muitos são os receios com a abertura do mercado. Não sabemos ainda quais serão os efeitos do avanço da energia fotovoltaica e como afetará a CERNHE no futuro não distante.

Tem ainda a questão da abertura do mercado livre de energia, que aparentemente pode nos dar condição de competitividade de tarifa, no entanto, atribui muita responsabilidade, sem falar que este mercado também será proporcionado a nossos consumidores de maior porte.

Podemos dizer que a CERNHE vive seu melhor momento, possuindo ótimos índices de qualidade e satisfação do consumidor.

Em 2022 adquirimos energia no mercado livre, seguindo a linha adotada pela maioria das cooperativas do sul. Em 2023 pretendemos adquirir o restante dependendo das condições de mercado.

No cenário nacional não temos controle, assim cabe a nós fazermos bem o dever de casa que entendemos ser, investimento pontual e manutenção pesada no sistema mantendo a qualidade conquistada.

José Antônio Redígolo.
Diretor Presidente

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 07 dos 645 municípios do Estado do São Paulo. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 207 novas ligações, sendo 138 residenciais, 2 industrial, 57 rurais e 10 comerciais, totalizando 4.688 consumidores atendidos pela Permissionária (descontando 2 consumos próprios), número 4,61% superior ao de 2021.

Número de Consumidores					
Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	2.674	2.763	2.867	3.101	3.239
Comercial	136	142	142	9	11
Industrial	7	8	9	142	152
Rural	1.263	1.303	1.316	1.204	1.261
Poderes Públicos	6	7	6	7	7
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	13	13	14	14	14
Total	4.101	4.238	4.356	4.479	4.686
Variação	3,85%	3,34%	2,78%	2,82%	4,62%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 18,81 GWh (22,71 GWh em 2021).

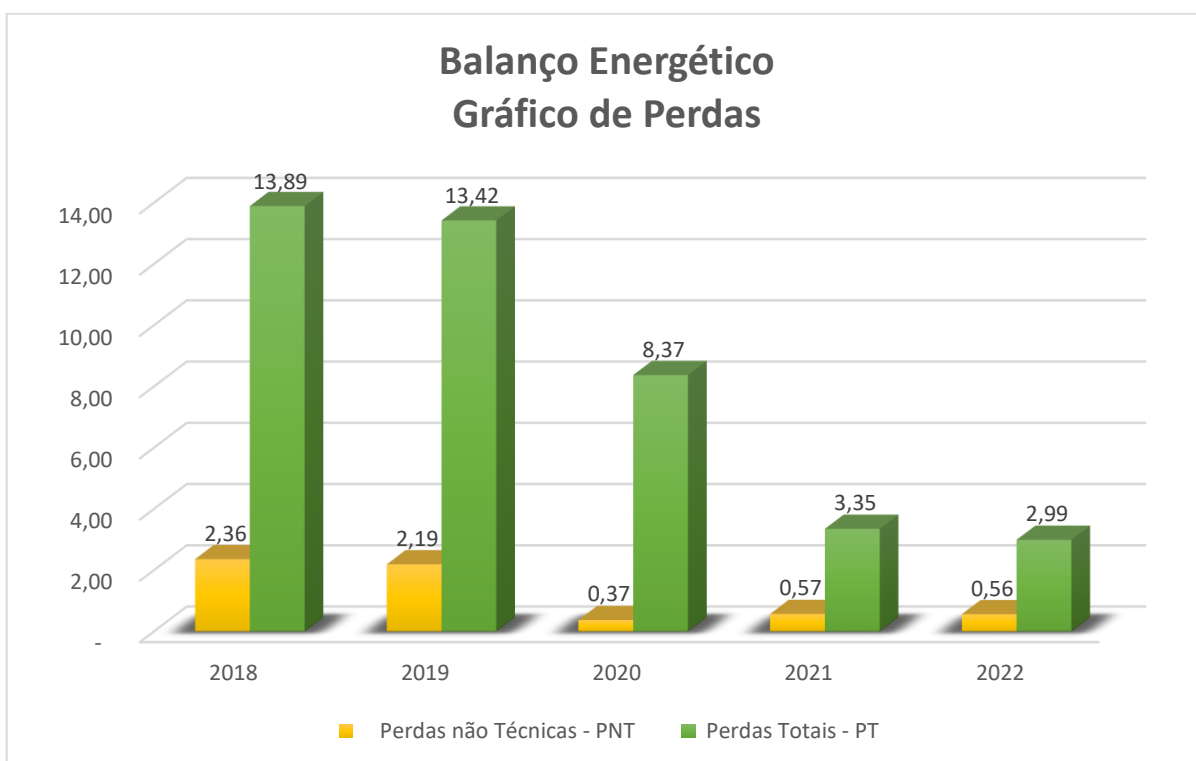
O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o rural. A classe rural representa uma fatia de 55,26% do segmento de mercado e apresentou decréscimo na ordem de 30,11% em relação ao ano de 2021. A classe residencial representa 26,21% do segmento de mercado e apresentou um crescimento na ordem de 13,34% em relação ao ano de 2021. No meio rural, o baixo desempenho deve-se, principalmente, a sazonalidade em relação ao consumidor irrigante que devido aos níveis elevados de chuvas ocorridas no ano de 2022, fez com que houvesse redução do consumo de energia.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Fornecimento	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Residencial	3,37	3,70	4,13	4,35	4,93
Comercial	1,05	1,13	1,08	1,07	1,12
Industrial	0,18	0,47	1,02	1,12	1,13
Rural	10,68	11,03	13,88	14,87	10,40
Poderes Públicos	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03
Iluminação Pública	0,78	0,80	0,90	0,88	0,88
Serviço Público	0,32	0,32	0,35	0,39	0,32
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Variação	14,80%	6,47%	22,35%	6,10%	-17,18%

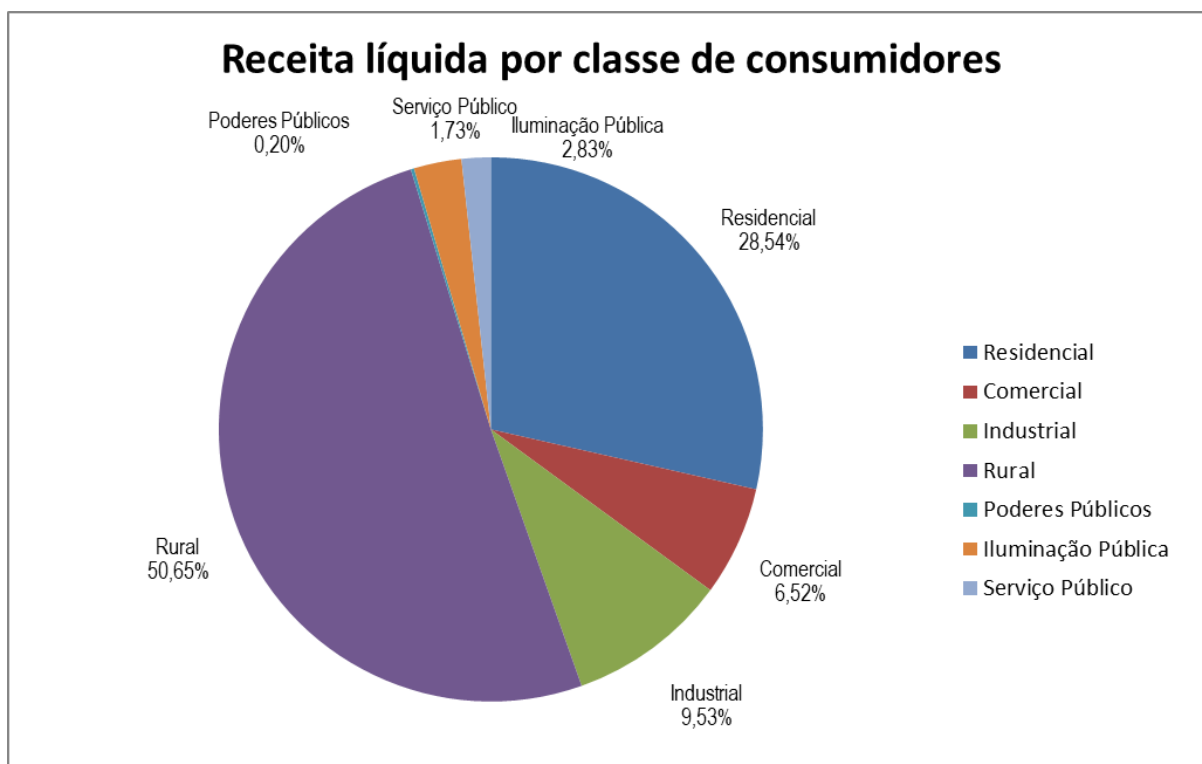
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução de 6,20% em 2021 para 2022.

Balanco Energético					
Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
- Fornecimento	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	13,89	13,42	8,37	3,35	2,99
Perdas Técnicas	11,53	11,23	8,00	2,78	2,43
Perdas não Técnicas - PNT	2,36	2,19	0,37	0,57	0,56
PNT / Energia Requerida %	7,78%	7,08%	1,24%	2,19%	2,57%
Perdas Totais - PT	13,89	13,42	8,37	3,35	2,99
PT / Energia Requerida %	45,8%	43,4%	28,1%	12,9%	13,7%
Total	30,32	30,92	29,78	26,06	21,80



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 10.553,73 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2022	2021	%
Residencial	3.012,24	2.578,12	16,84%
Comercial	687,84	636,86	8,00%
Industrial	1.005,43	922,09	9,04%
Rural	5.345,89	6.398,05	-16,45%
Outros	502,33	516,11	26,35%
Poderes Públicos	21,07	17,24	22,24%
Iluminação Pública	298,88	287,08	4,11%
Serviço Público	182,38	211,79	0,00%
Total	10.553,73	11.051,23	-4,50%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em 2022 apresentou um decréscimo de 0,30% sobre o mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2022	2021	Var %
Residencial	3.239	3.153	2,73%
Comercial	152	145	4,83%
Industrial	11	10	10,00%
Rural	1.261	1.369	-7,89%
Outros	23	23	0,00%
Poderes Públicos	7	7	0,00%
Iluminação Pública	2	2	0,00%
Serviço Público	14	14	0,00%
Total	4.686	4.700	-0,30%

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	634,93
Comercial	634,93
Industrial	634,93
Rural	593,02

Tarifa Por faixa de Consumo Residencial Baixa Renda	01 -30 KWh	KWh31-100	101 - 220 KWh	acima de 220 KWh
Tarifas Brutas	0,18130	0,31080	0,46619	0,53675

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2018	22,76	11,67	1,430
2019	21,38	12,09	1,615
2020	18,21	10,35	1,646
2021	22,78	12,10	1,564
2022	21,73	9,06	1,742

Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECD – Escrituração Contábil Digital e ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Em 2022 foram somente realizadas as manutenções e atualizações dos sistemas implementados no ano anterior a fim de manter-se sempre afinada com as inúmeras exigências fiscais e tributárias bem como as obrigações acessórias pertinentes a atividade desta Permissionária.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2022, as sobras líquidas foram de R\$ 4.342.53 mil, contra R\$ 4.070,78 mil em 2021, um aumento de 6,68%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.818,73 mil

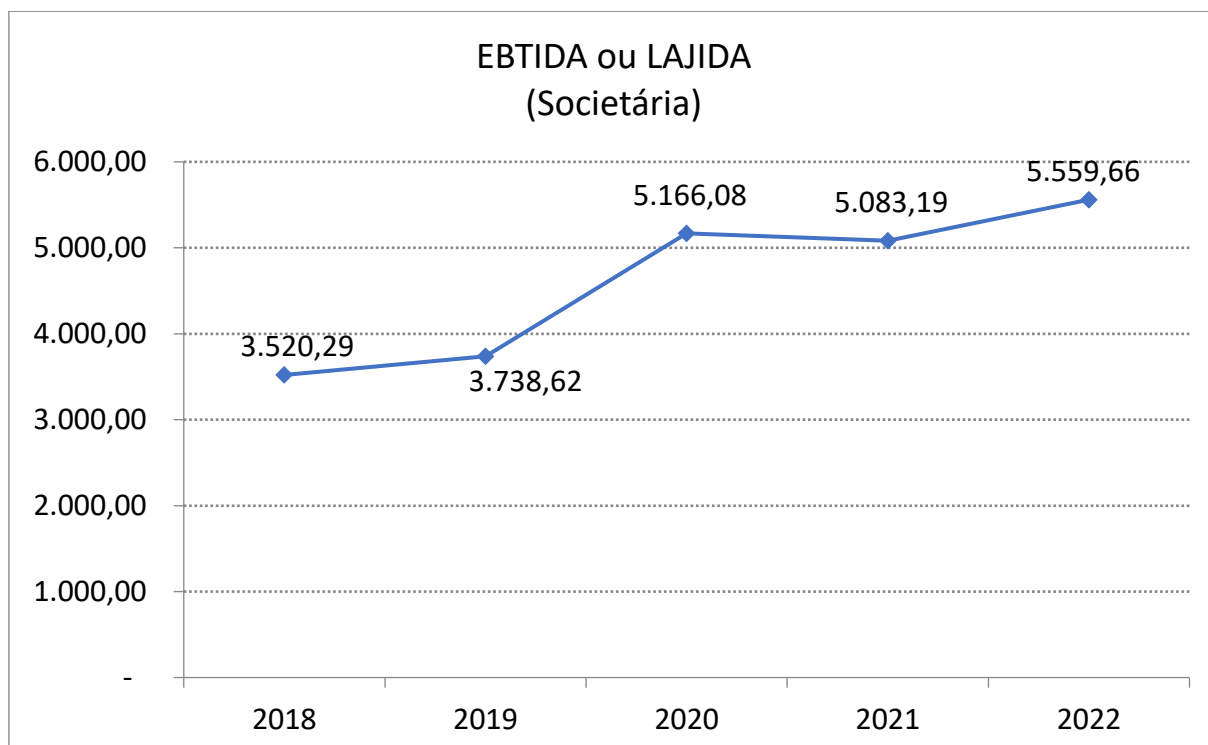
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 4.228,74 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 1.477,08 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$20.565,29/mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$20.641,01/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 17.057,37 mil, 0,08% superior em relação à 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.559,66 mil, crescimento de 9,37% em relação a 2021, que foi de R\$ 5.083,19 mil, conforme evolução abaixo:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 10% para Reserva de Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Permissionária era de R\$ 1.916,10 mil, composto por 1.916,10 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Investimentos

Chaves Religadoras Automaticas: Em 2022 instalamos 02 religadoras e agora contamos com 16 chaves instaladas no sistema. Processo foi iniciado em 2018, que dará condições de conclusão da automação.



Chaves Faca: Em 2022 instalamos mais 3 conjuntos e agora já são 70 jogos de chaves instaladas no sistema. Destacamos que de 2012 a 2022 foram instaladas 61 chaves.

A implantação destas chaves proporciona a satisfação do consumidor pois com elas seccionamos os sistemas e deixamos pouca gente sem energia quando de nossas manutenções.

Chaves 3 operações – Religadoras: Em 2022 introduzimos 3 destas chaves e agora totalizam-se 32 chaves, destacamos que antes de 2017 contávamos apenas com 1 chave no sistema.

Estas chaves proporcionam que o próprio sistema faça 3 operações religando o sistema após o evento sem a necessidade do deslocamento em campo e sem que o consumidor perceba a falta de energia.

Ramais de Manobra / Interligação: Em 2022 foram construídos mais 2,5km (interligação dos ramais 2 e 3 de Novo Horizonte, localizada na divisa dos bairros Espírito Santo e Fugidinho). A construção destes ramais de interligação proporciona a transferência de carga, dando condições à

CERNHE de alimentar quase todo o circuito para trabalhar em pontos específicos do sistema deixando cada vez menos consumidores sem energia

A construção destes ramais que a principio alguns se mostraram incrédulos, demonstrou sua eficácia quando nosso sistema de interligação foi usado pela ENERGISA para abastecer praticamente toda a cidade de Borborema, em especial o hospital quando de um problema sério em sua subestação.

Recondutoramentos: Em 2022 recondutoramos 4,20km de sistema. Esta substituição de cabos está possibilitando a transferência de cargas entre as cabines de Novo Horizonte, Borborema e entre ramais. Isto também proporciona menores perdas de energia na distribuição.

Recondutoramento de 843m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Gonçalves;
Recondutoramento de 690m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Gonçalves;
Recondutoramento de 270m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Três Pontes;
Recondutoramento de 546m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Aparecida;
Recondutoramento de 140m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Três Pontes;
Recondutoramento de 770m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Taquaral;
Recondutoramento de 190m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Barro Preto;
Recondutoramento de 751m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Gonçalves.

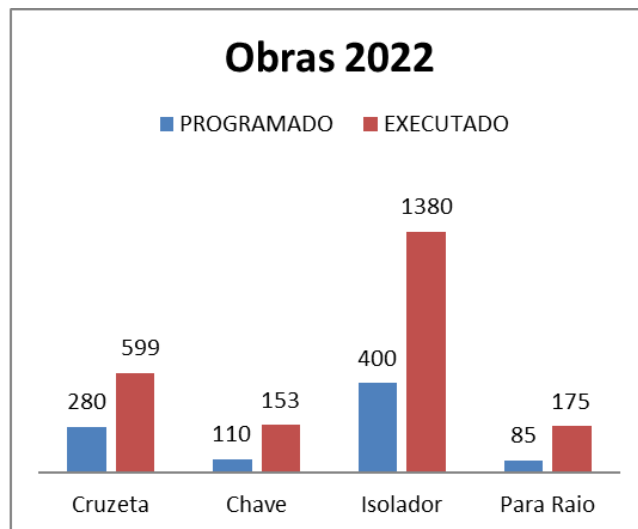
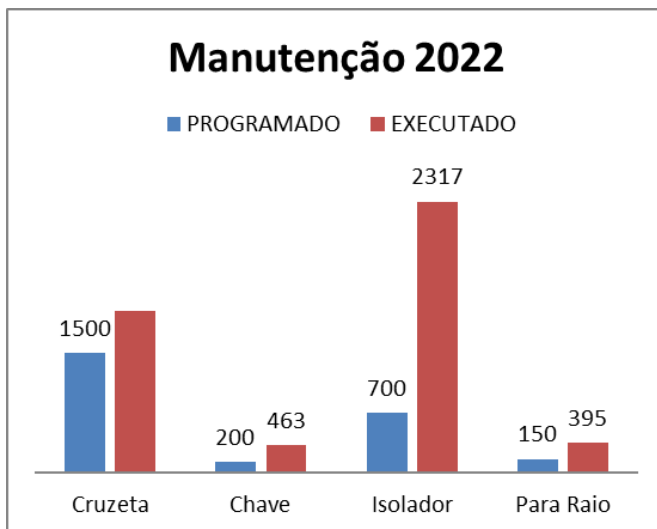
Troca de Medidores: Foram substituídos 122 medidores no total, conforme os motivos abaixo descritos.

MOTIVO	QUANTIDADE
Variação %, queimados (Detectados preventivamente)	34
Desconto irrigante	5
Microgeração	71
Análise do Nível de Tensão (Obrigatórios pela ANEEL)	12

Veículos: Mantendo a linha de investimento para manutenção da frota em 2022, adquirimos:

- ✓ 01 Camionete Toyota/Hilux - R\$ 209.655,51;
- ✓ 01 Guindaste Hidráulico Modelo AGI 16.5 - ARGOS - R\$ 194.000,00;

Obras e Manutenção



Resumo das Obras Realizadas

Realizamos 59 obras em 2022, sendo:

Obras com a participação do consumidor: 19

Obras de manutenção da Cooperativa: 27

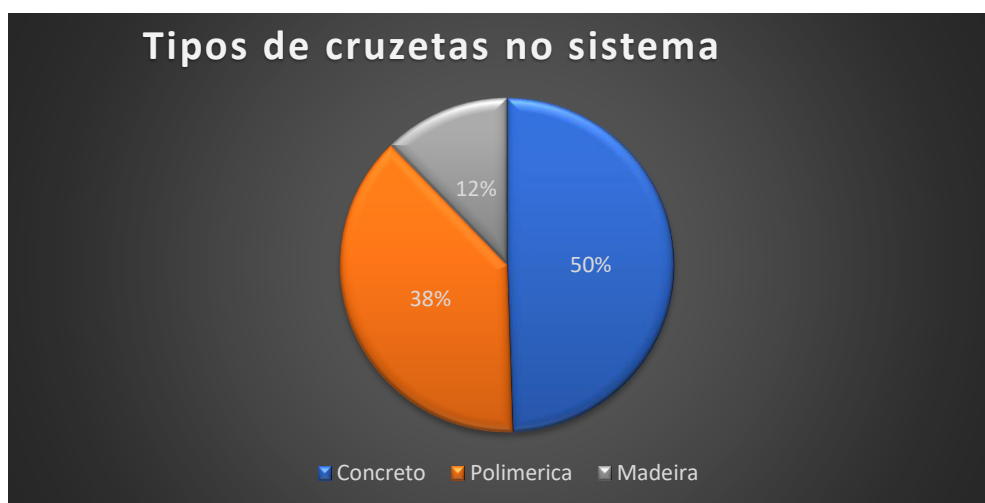
Obras 1ª ligação sem custo ao consumidor: 10

Cruzetras de concreto: Em 2022, foram implantadas mais 1.989 cruzetas de concreto e agora já somam 50% do total existente.

Concreto: 8.141

Polimérica: 6.293

Madeira: 2.014



Equipamento Termovisor: Adquirimos 1 equipamento para detectar vazamentos no sistema. Estamos em fase de testes podendo ser adquiridos novos equipamentos.

Cameras de Segurança: Investimos na implantação de um sistema de monitoramento moderno e de qualidade afim de garantir a segurança dos colaboradores e dos ativos da empresa.

PABX – Central de Telefonia: Realizamos a modernização do nosso equipamento PABX afim de melhorar a qualidade e agilidade no atendimento aos consumidores, com isso também aprimoramos o sistema de gravação de chamadas, que agora grava sem ruídos. Retomamos as gravações emergenciais e avisos de desligamentos programados, com isso reduzimos consideravelmente o número de chamados e indicadores.

Reforma da sede administrativa: Em 2022 realizamos uma grande reforma em nossa sede administrativa afim de oferecer maior agilidade, qualidade e privacidade no atendimento dos nossos consumidores, oferecendo também maior qualidade de trabalho aos nossos colaboradores.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2022, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares.

A CERNHE promove benefícios a seus colaboradores, como **Plano de Saúde/ Participação nos Lucros e Vale Alimentação/Adicional de tempo de serviço/reembolso de remédios**. Os custos

destes benefícios somaram em 2022 o total de R\$ 561.415,47, sendo R\$ 110.728,56 com plano de saúde, R\$ 191.175,48 de Participação nos Lucros, R\$ 180.727,12 de Vale alimentação; Adicional por tempo de serviço R\$ 78.784,41; Reembolso remédios para funcionários afastados por acidente de trabalho, conforme acordo coletivo.

No ano de 2022 foi promovida a campanha Outubro Rosa e Novembro azul, cujo objetivo foi realizar exames de mamografia, PSA e demais exames necessários para identificação de possíveis anormalidades na saúde dos funcionários e suas esposas. Tivemos o custo de R\$ 2.800,00 com esta campanha.

Treinamento / Capacitação / Padronização: A CERNHE em 2022 investiu em treinamentos, acrescentando novos conhecimentos a equipe, aprimorando procedimentos de trabalho e capacitando a novos sistemas.

Treinamentos em 2022: Operação, Montagem e troca de estruturas; Manutenção e construção de redes de distribuição; Sistema integrado de inspeção ADR 2000 e 3000; Vistoria de estruturas; Separação e recepção de materiais; Controle de estoque de materiais; Controle de EPIs; Segurança e saúde no trabalho - Ergonomia; Operador de Guindauto, NBR ISSO 9001; NR35; Reciclagem-Básico de eletricitista; NR12-Motoserra e serviços de roçada; Realização de leituras e detecções de problemas; Reciclagem NR10; Resolução normativa ANELL nº1000; Contabilização mercado livre; Qualidade no atendimento ao consumidor; Reciclagem-Roçada, Manobras e Guindauto; Utilização de novo PABX; Sistema de Telefonia IP; Operacionalização de coletor; Sistemas Useall aos novos contratados no Depto. Comercial, Técnico, Financeiro e Faturamento; Treinamento ECD e ECF realizado na CERRP. Total de gastos com treinamentos – R\$ 21.797,43.

Além dos treinamentos, na busca de facilitar e melhorar o desempenho, foram feitas algumas normas técnicas, tais como: Procedimento para o uso de guindauto na roçada; Norma para utilização de cesto aéreo, escada e espora; Norma de comportamento da equipe na propriedade dos consumidores; Norma para ligação de transformadores bifásicos; Norma para execução de manobras; Norma para uso de uniformes; Norma de zelo dos equipamentos de trabalho; Norma para uso do celular/tablet da empresa; Norma para não utilizar de telefone particular em contato com consumidor; Procedimento interno para atendimento em área precária; Procedimento interno para carregamento e descarregamento de materiais; Procedimento interno para preenchimento de controle de ponto externo; Procedimento sobre comportamento (bullying na equipe); Procedimento na utilização dos veículos; Procedimento para organização do pátio de cruzetas; Procedimento para teste de chamadas no call center.

Todas as normas já existentes até 2022 foram recicladas junto à equipe e atualizadas conforme a necessidade.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2022	2021	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.686	4.700	-0,30%
Número de empregados	46	39	17,95%
Número de consumidores por empregado	102	121	-15,47%
Número de localidades atendidas	7	7	0,00%
Número de agências	-	-	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	-	-	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km²)	937	937	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7,17	7,28	-1,58%
Distribuição direta (GWh)	18,81	22,08	-14,81%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.522	1.381	10,21%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	624	569	9,65%
Total (exceto curto prazo)	-	-	0,00%
Residencial	635	595	6,75%
Comercial	635	595	6,75%
Industrial	635	595	6,75%
Rural	593	494	20,15%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	21,73	22,78	-4,61%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	-	-	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4	4	0,00%
FEC (número de interrupções)	9,06	12,10	-25,12%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,11	0,11	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	945,31	952,66	-0,77%
Capacidade instalada (MW)	22,65	23,51	-3,65%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	23.647,95	25.034,81	-5,54%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.565,29	20.641,01	-0,37%
Margem operacional do serviço líquida (%)	14,99%	21,29%	-29,58%
EBITDA OU LAJIDA	5.559,66	5.083,19	9,37%
Lucro líquido (R\$ mil)	3.612,48	4.070,77	-11,26%
Lucro líquido por mil cotas	1,89	2,08	-9,27%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	33.980,93	29.645,61	14,62%
Valor patrimonial por cota R\$	17,74	15,13	17,20%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,11	0,14	-22,58%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,15	0,14	4,92%

Em moeda nacional (%)	0,15	0,14	4,92%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	60,33	58,08	3,87%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	139,47	169,47	-17,70%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,31	1,51	-13,53%
Retorno de ativos por unidade	0,21	0,27	-24,51%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Novo Horizonte/SP, 30 de Abril de 2023

A Administração

2 - Balanço Patrimonial Societário

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.134.885	13.456.376	Fornecedores e supridores de energia elétrica	13	751.908	692.336
Contas a receber de consumidores e outros	6	1.953.469	2.144.810	Salários e encargos sociais		303.997	252.342
Estoques		823.716	549.642	Impostos e contribuições a recolher		385.774	311.085
Impostos e contribuições a recuperar		286.241	269.295	Provisão para férias e encargos		328.880	324.519
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	7	391.057	402.798	Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	7	333.787	256.015
Outros ativos circulantes	8	2.287.152	1.966.838	Taxas regulamentares		152.132	482.331
Despesas pagas antecipadamente		63.822	184.620	Outros passivos circulantes		625.331	81.477
Títulos de valores mobiliários	9	3.043.710	-	Total do passivo circulante		2.881.809	2.400.105
Total do ativo circulante		20.984.052	18.974.379				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingência	14	22.860	22.860
Impostos e contribuições a recuperar		356.791	321.278			22.860	22.860
Depósitos judiciais	14	65.604	19.657				
Ativo financeiro - concessão do serviço público	10	3.560.445	5.695.232	Patrimônio líquido	15		
Investimentos	11	149.100	133.879	Capital social		1.916.100	1.959.550
Intangível	12	11.769.611	6.924.155	Reserva de desenvolvimento		24.966.464	21.075.198
Total do ativo não circulante		15.901.551	13.094.201	Reserva legal		2.937.157	2.502.904
				Reserva estatutária		173.334	173.334
				Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES		410.977	513.860
				Sobras à disposição da AGO		3.576.902	3.420.769
				Total do patrimônio líquido		33.980.934	29.645.615
Total do ativo		36.885.603	32.068.580	Total do passivo e patrimônio líquido		36.885.603	32.068.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022			2021		
		Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional líquido	16	6.478.025	3.558.096	10.036.121,00	6.822.644	3.232.584	10.055.228
Dispêndios do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica comprada para revenda	17	(7.838.795)	(1.841.708)	(9.680.503)	(8.317.910)	(1.782.940)	(10.100.850)
Custo de operação	18	(3.047.863)	(2.053.522)	(5.101.385)	(3.032.344)	(2.013.489)	(5.045.833)
Subvenções		8.568.457	2.015.545	10.584.002	8.748.969	1.876.168	10.625.137
		(2.318.201)	(1.879.685)	(4.197.886)	(2.601.285)	(1.920.261)	(4.521.546)
Sobra bruta		4.159.824	1.678.411	5.838.235	4.221.359	1.312.323	5.533.682
(Dispêndios) ingressos operacionais							
Dispêndios administrativos e gerais		(1.881.870)	(445.702)	(2.327.572)	(1.601.777)	(334.329)	(1.936.106)
Outros dispêndios operacionais líquidos		(9.546)	98.732	89.186	359.036	(30.999)	328.037
		(1.891.416)	(346.970)	(2.238.386)	(1.242.741)	(365.328)	(1.608.069)
Sobra operacional		2.268.408	1.331.441	3.599.849	2.978.618	946.995	3.925.613
Ingresso (dispêndio) financeiro							
Rendas de aplicações financeiras		1.164.751	(1.144.670)	20.081	393.860	82.835	476.695
Acréscimos moratórios de energia elétrica vendida		137.787	-	137.787	199.579	-	199.579
Dispêndios financeiros		(286.042)	1.347.059	1.061.017	(155.468)	(32.909)	(188.377)
		1.016.496	202.389	1.218.885	437.971	49.926	487.897
Sobra antes dos tributos		3.284.904	1.533.830	4.818.734	3.416.589	996.921	4.413.510
Contribuição social	18	-	(132.937)	(132.937)	-	(97.507)	(97.507)
Imposto de renda	18	-	(343.270)	(343.270)	-	(245.227)	(245.227)
Sobra líquida do exercício		3.284.904	1.057.623	4.342.527	3.416.589	654.187	4.070.776

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobra líquida do exercício	<u>4.342.526</u>	<u>4.070.776</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.342.526</u>	<u>4.070.776</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 de 2021

Em reais

	Capital social	Reserva de desenvol- vimento	Reserva legal	Reserva estatutária	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.008.545	16.736.088	2.095.826	173.334	678.009	3.460.578	25.152.380
Incorporação de sobras em reserva	-	3.460.578	-	-	-	(3.460.578)	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de capital	(2.356)	-	-	-	-	-	(2.356)
Realização da RATES	-	-	-	-	(367.688)	367.688	-
Incorporação de capital a restituir	(46.639)	471.454	-	-	-	-	424.815
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	4.070.776	4.070.776
Constituição de reservas	-	407.078	407.078	-	203.539	(1.017.695)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.959.550	21.075.198	2.502.904	173.334	513.860	3.420.769	29.645.615
Incorporação de sobras em reserva	-	3.420.770	-	-	-	(3.420.770)	-
Integralização de capital	600	-	-	-	-	-	600
Baixa de capital	(7.366)	(441)	-	-	-	-	(7.807)
Realização da RATES	-	-	-	-	(320.009)	320.009	-
Incorporação de capital a restituir	(36.684)	36.684	-	-	-	-	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	4.342.526	4.342.526
Constituição de reservas	-	434.253	434.253	-	217.126	(1.085.632)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.916.100	24.966.464	2.937.157	173.334	410.977	3.576.902	33.980.934

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	2.022	2.021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	4.342.526	4.070.776
Ajustes por:		
Amortização	880.585	783.912
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	791	1.029
Resultado na alienação de bens e direitos	559.170	248.981
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Títulos de valores mobiliários	(3.043.710)	-
Contas a receber de consumidores e outros	190.550	(118.430)
Estoques	(274.074)	(205.305)
Impostos e contribuições a recuperar	(52.459)	25.855
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	11.741	5.041
Outros ativos circulantes e não circulantes	(199.516)	(464.405)
Depósitos judiciais	(45.947)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	59.572	(123.967)
Salários e encargos sociais	51.655	(1.888)
Impostos e contribuições a recolher	74.689	19.519
Provisão para férias e encargos	4.361	81.172
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	77.772	(42.773)
Taxas regulamentares	(330.199)	271.298
Outros passivos circulantes	543.854	(159.291)
Provisão para contingência	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.851.361	4.391.524
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível e do ativo financeiro	(4.150.424)	(2.160.197)
Aumento em investimentos	(15.221)	(5.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.165.645)	(2.165.904)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	600	200
Baixas de capital	(7.807)	(2.356)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(7.207)	(2.156)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.321.491)	2.223.464
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.134.885	13.456.376
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.456.376	11.232.912
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.321.491)	2.223.464

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

1 Operações sociais

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE, que contava com 2.574 e 2.630 cooperados no final de 2022 e de 2021, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico através do fornecimento de energia elétrica, e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 30 de junho de 2008, a Administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de trinta anos, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica, nos municípios de Borborema, Catanduva, Irapuã, Itajobi, Novais, Novo Horizonte e Tabapuã, todos no Estado de São Paulo. Seus serviços prestados e tarifas cobradas são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização a permissionária (vide notas nºs 10 e 12).

Segundo o Contrato de Concessão, a Cooperativa passa por processos de revisão tarifária a cada quatro anos e por processo de reajuste tarifário anualmente (vide nota nº 10).

Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o terceiro aditivo ao contrato de concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado ou reembolsado para a Cooperativa.

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital – remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória) (vide nota nº 10).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), considerando as peculiaridades da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e as normas e instruções da ANEEL. Consideram, ainda, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no que foi julgado pertinente e relevante para a Cooperativa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 10 de fevereiro de 2023.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de apresentação da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Apuração do resultado (sobras ou perdas)

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas, custos e despesas de operações com terceiros, foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios. Os ingressos e receitas são reconhecidos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cooperativa e quando possa ser mensurável de forma confiável. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, que corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real que é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; valores a receber da Parcela A e outros ativos financeiros; e ativo financeiro – concessão do serviço público.

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cooperativa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado, com base tanto: (a) no modelo de negócios da Cooperativa para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Cooperativa mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cooperativa pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio de resultados, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cooperativa altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem: fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; valores a devolver da Parcela A e outros passivos financeiros, taxas regulamentares.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

d Contas a receber de consumidores e outros

As contas a receber de consumidores e outros estão demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, esses por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. Tem base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera, também, uma análise dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se nas experiências da Cooperativa em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. A Administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

f Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e os materiais destinados a aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível e estão registrados ao custo médio de aquisição (custo médio ponderado), e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Refere-se aos valores a receber e a devolver de Parcela A devido a variação dos custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas revisões e/ou reajustes tarifários. Esses valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

h Ativo financeiro – concessão do serviço público

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e são deduzidos das obrigações especiais da união.

i Investimentos

Substancialmente representados por participação societária no sistema cooperativista, avaliada pelo custo de aquisição e ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

j Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura (bens), utilizada pela Cooperativa como parte do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, que dá o direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado. É avaliado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido da reintegração acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Administração da Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de concessão e da Orientação Técnica CTG 05 – Contratos de Concessão.

k Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

l Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados com base no lucro real apurado, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

n Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

o Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4 Taxas regulamentares

a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA – PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à permissionária é recolhido em duodécimo.

c Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	614.551	1.668.370
Aplicações financeiras de liquidez imediata – CDB	<u>11.520.334</u>	<u>11.788.006</u>
	<u>12.134.885</u>	<u>13.456.376</u>

A Cooperativa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos seus valores de custo acrescidos por rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições oficiais que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, considerando a época, o tipo, valor e prazo, tendo como característica alta liquidez e baixo risco de perda, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

6 Contas a receber de consumidores e outros

a Composição do saldo

	2022	2021
Setor privado		
Residencial	602.852	754.311
Industrial	120.872	39.831
Comercial	126.740	170.754
Rural	944.378	933.269
	1.794.842	1.898.165
Poder público	2.241	1.896
Iluminação pública	32.861	44.225
Serviço público	10.316	12.164
Participação financeira	55.749	11.086
	101.167	69.371
Outros valores a receber	78.261	197.284
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.801)	(20.010)
	1.953.469	2.144.810

b Contas a receber por vencimento

	2022				2021			
Descrição	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Setor privado								
Residencial	494.225	96.597	12.030	602.852	647.068	98.253	8.990	754.311
Industrial	110.156	10.623	93	120.872	39.396	342	93	39.831
Comercial	108.830	15.739	2.171	126.740	139.479	30.109	1.166	170.754
Rural	786.954	147.477	9.947	944.378	745.584	175.696	11.989	933.269
	1.500.165	270.436	24.241	1.794.842	1.571.527	304.400	22.238	1.898.165
Poder público	2.241	-	-	2.241	1.896	-	-	1.896
Iluminação pública	32.861	-	-	32.861	44.225	-	-	44.225
Serviço público	10.316	-	-	10.316	12.164	-	-	12.164
Participação financeira	55.749	-	-	55.749	11.086	-	-	11.086
	101.167	-	-	101.167	69.371	0	0	69.371
	1.601.332	270.436	24.241	1.896.009	1.640.898	304.400	22.238	1.967.536

c Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2022	2021
Saldo inicial	(20.010)	(19.083)
Complemento de provisão	(791)	(927)
Saldo final	(20.801)	(20.010)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL, e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7 Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Tratam-se de ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo desse período. Essa diferença constitui em um direito a receber sempre que os custos homologados incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou quando as obrigações dos custos homologados incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão na existência de saldos que não tenham sido recuperados, sendo esses incluídos na base de indenização prevista e estão compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Ativo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	176.728	87.317
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (ii)	24.382	13807
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	7.018	4360
CUSD PIS e COFINS	180.377	297.314
Encargo de Serviço de Sistema e Encargo de Energia Reserva	2.552	-
	391.057	402.798
Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	120.937	203.588
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (ii)	18.757	28.074
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	5.450	10.355
Bandeiras tarifárias a recolher	117.606	-
Compensação DIC/FIC IRT	2.588	13.998
Encargo de Serviço de Sistema e Encargo de Energia Reserva	2.804	-
Outros passivos financeiros	65.645	-
	333.787	256.015

- (i) Criada pela Lei nº 10.438/02, com redação alterada pelas Leis nº 12.783/13 e nº 12.839/13, a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, tem como finalidade: promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada aos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termos solar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados; prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

- (ii) Instituído pela Lei nº 10.438/02, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétricas – Proinfa tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que pagam pela utilização das redes de distribuição, calculadas com base na previsão de geração de energia das usinas integrantes do PROINFA e nos referentes custos apresentados no Plano Anual específico elaborado pela ELETROBRÁS. São excluídos deste rateio os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

8 Outros ativos circulantes

	2022	2021
Subsídio CDE - Água e esgoto e saneamento	3.559	3.923
Subsídio CDE - Rural e rural irrigante (i)	424.042	1.008.628
Subvenção baixa densidade de carga (ii)	783.562	768.079
Outros valores a receber	1.077.215	187.188
	2.288.378	1.967.818
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.226)	(980)
	2.287.152	1.966.838

- (i) Refere-se a subvenção a receber com base no faturamento de energia para consumidores rurais e rurais irrigantes, que possuem descontos em suas tarifas.
- (ii) Refere-se a subvenção a receber relativos a baixa densidade de carga, calculado em relação a principal supridora na região da permissionária. Essa subvenção é um item financeiro, atualizado, portanto, anualmente conforme cálculo tarifário.

9 Títulos de valores mobiliários

	2022	2021
Certificado de depósito bancário - CDB	3.043.710	-
	3.043.710	-

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são aplicações financeiras de alta liquidez com remuneração de, aproximadamente 13%; contudo, considerando que os prazos formais de vencimentos de parte dos títulos são superiores há 90 dias, não atendem ao conceito de caixa e equivalentes de caixa para fins de classificação no balanço patrimonial.

10 Ativo financeiro – concessão do serviço público

O Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, de 30 de junho de 2008, regulamenta a exploração, a título precário, de serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de permissão definida contratualmente.

O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados, os padrões de desempenho para a prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações são realizados investimentos constantes durante todo o prazo do contrato de concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente, mediante pagamento de indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmulas paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados, ou depreciados até o final da concessão, apurados com base no valor de reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e b) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o valor de reposição ("VNR"), classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores (nota nº 11). A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que esta originalmente representada pelo ativo intangível da Cooperativa é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de depreciação, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

A parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

As concessões de distribuição não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato tem prazo de vigência de 30 anos e preveem a possibilidade de prorrogação da vigência, mediante requerimento da permissionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às permissionárias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os saldos referentes aos ativos indenizáveis (concessão) estão assim apresentados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo financeiro – concessão do serviço público	3.802.364	5.934.599
Obrigações especiais vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica	<u>(241.919)</u>	<u>(239.367)</u>
	<u>3.560.445</u>	<u>5.695.232</u>

11 Investimentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – FECOERESP	1.000	1.000
Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus	<u>148.100</u>	<u>132.879</u>
	<u>149.100</u>	<u>133.879</u>

12 Intangível

a Composição do saldo

	2022	2021
Em serviço	20.757.185	18.673.520
Em curso	3.266.411	1.616.575
Transferência para ativo financeiro – concessão do serviço público	(3.802.364)	(5.934.599)
	20.221.232	14.355.496
(-) Amortização acumulada	(6.596.583)	(5.934.599)
	13.624.649	8.420.897
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	(1.855.038)	(1.496.742)
	11.769.611	6.924.155

b Movimentação do intangível

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas/ amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas/ amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Em serviço	16.568.935	32.544	(382.039)	2.454.080	18.673.520	-	(291.278)	2.374.943	20.757.185
Em curso	1.675.408	2.411.355	(16.108)	(2.454.080)	1.616.575	4.150.424	(125.645)	(2.374.943)	3.266.411
Transferência para ativo financeiro – concessão do serviço público	(5.987.364)			52.765	(5.934.599)			2.132.235	(3.802.364)
	12.256.979	2.443.899	(398.147)	52.765	14.355.496	4.150.424	(416.923)	2.132.235	20.221.232
(-) Amortização acumulada	(5.299.853)	(783.912)	149.166		(5.934.599)	(880.585)	218.601		(6.596.583)
	(906.779)	-	-	(589.963)	(1.496.742)	-	-	(358.296)	(1.855.038)
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	6.050.347	1.659.987	(248.981)	(537.198)	6.924.155	3.269.839	(198.322)	1.773.939	11.769.611

O ativo intangível é constituído pela parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, compostos pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, e deduzidos de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e amortização acumulada.

A Administração da Cooperativa entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – concessão do serviço público (nota nº 10).

- (i) **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União e dos consumidores, destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura.

Ao final da concessão, o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	2022	2021
Participação da União Federal (ii)	132.084	132.084
Participação financeira do consumidor	<u>1.722.954</u>	<u>1.364.658</u>
	<u>1.855.038</u>	<u>1.496.742</u>

- (ii) **Programa Luz para Todos:** o Decreto Presidencial nº 4.873/03, alterado pelo Decreto nº 6.442/09, institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz Para Todos”, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.

13 Fornecedores e supridores de energia elétrica

	2022	2021
Supridores de energia elétrica	669.607	627.740
Materiais e serviços	82.301	64.596
	<u>751.908</u>	<u>692.336</u>

14 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis, e que são parcialmente cobertas por depósitos judiciais:

	Provisão para contingência		Depósitos judiciais	
	2022	2021	2022	2021
	22.860	22.860	65.604	19.657
Trabalhistas				

No desenvolvimento de suas operações, a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações cíveis. Portanto, a Cooperativa é parte envolvida em ações que são discutidas na esfera judicial.

Em 31 de dezembro de 2022 a Administração, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu registro de provisão para contingências para as ações a seguir:

	2022	2021
	8.099	29.940
	519.965	260.543
Cíveis		
Trabalhistas		
	528.064	290.483

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

15 Patrimônio Líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações legais e estatutárias das sobras

Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa, são apropriados:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 10% para Reserva de Desenvolvimento, destinada a investimentos necessários ao atendimento das atividades da Cooperativa; e
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobra líquida do exercício	<u>4.342.526</u>	<u>4.070.776</u>
Realização Rates	320.008	367.688
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Desenvolvimento	(434.253)	(407.078)
Legal	(434.253)	(407.078)
RATES	<u>(217.126)</u>	<u>(203.539)</u>
Sobras à disposição da AGO	<u>3.576.902</u>	<u>3.420.769</u>

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembleia Geral.

16 Ingresso operacional líquido

a Composição de saldo

	2022			2021		
	Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional bruto						
Fornecimento de energia	8.347.451	4.493.858	12.841.309	9.838.534	4.406.720	14.245.254
Variação da Neutralidade da Parcela A e outros itens financeiros (i)	171.932	30.528	202.460	117.220	25.084	142.304
	8.519.383	4.524.386	13.043.769	9.955.754	4.431.804	14.387.558
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes sobre energia elétrica	(814.006)	(660.302)	(1.474.308)	(949.489)	(717.988)	(1.667.477)
Encargos setoriais	(1.241.623)	(291.717)	(1.533.340)	(1.227.029)	(263.013)	(1.490.042)
Adicional de bandeira vermelha	14.271	(14.271)	-	(956.592)	(218.219)	(1.174.811)
	(2.041.358)	(966.290)	(3.007.648)	(3.133.110)	(1.199.220)	(4.332.330)
Ingresso operacional líquido	6.478.025	3.558.096	10.036.121	6.822.644	3.232.584	10.055.228

- (i) O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Cooperativa em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados Parcela A, e os efetivamente contemplados na tarifa a cada reajuste/ revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Cooperativa.

Conforme a Comunicado Técnico CTG 08, tornou-se obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, assinado no exercício de 2015 (vide nota nº 1), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a pagar ou receber. Ainda, o comunicado técnico demonstra que a assinatura do aditivo dos contratos de concessão é um fato novo e não uma mudança de prática contábil, portanto todos os efeitos das apurações da Parcela A foram registrados no resultado do exercício.

b Fornecimento de energia elétrica

	Número de consumidores (i)		MWh (i)		2022			2021		
	2022	2021	2022	2021	Cooperados	Não cooperado	Total	Cooperados	Não cooperado	Total
Consumidores										
Residencial	3.239	3.153	4.931	4.351	2.180.913	1.764.130	3.945.043	1.942.253	1.550.933	3.493.186
Industrial	11	10	1.134	1.125	971.000	307.732	1.278.732	1.006.587	198.554	1.205.141
Comercial	152	145	1.119	1.071	417.567	503.745	921.312	466.570	424.288	890.858
Rural	1.261	1.369	10.395	14.873	4.373.182	1.622.900	5.996.082	5.915.854	1.948.971	7.864.825
Poder público	7	7	34	29	25.801	1.695	27.496	21.899	1592	23.491
Iluminação pública	2	2	881	878	165.845	251.756	417.601	176.272	267.797	444.069
Serviço público	14	14	316	387	240.569	4.259	244.828	287.675	6.288	293.963
Consumo próprio	2	2	13	14	-	-	-	-	-	-
Receita não faturada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.688	4.702	18.823	22.728	8.374.877	4.456.217	12.831.094	9.817.110	4.398.423	14.215.533

(i) Informações não examinadas por auditores independentes.

c Impostos incidentes sobre energia elétrica

	2022			2021		
	Cooperados	Não cooperado	Total	Cooperados	Não cooperado	Total
ICMS	(813.860)	(534.045)	(1.347.905)	(949.357)	(558.681)	(1.508.038)
PIS	-	(22.484)	(22.484)	-	(28.369)	(28.369)
COFINS	-	(103.773)	(103.773)	-	(130.938)	(130.938)
ISS	(146)	-	(146)	(132)	-	(132)
	(814.006)	(660.302)	(1.474.308)	(949.489)	(717.988)	(1.667.477)

d Adicional de bandeira vermelha

	2022	2021
Adicional de bandeira vermelha	(1.533.340)	(1.174.811)

17 Custo com energia elétrica comprada para revenda

	2022	2021	KWh (i)	
	2022	2021	2022	2021
Energia elétrica comprada	(9.438.574)	(9.932.887)	20.059.394	24.950.535
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	(241.930)	(167.963)	-	-
	(9.680.504)	(10.100.850)	20.059.394	-

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

18 Custo de operação

	2022	2021
Pessoal	(2.654.449)	(2.439.311)
Material	(981.452)	(1.069.021)
Serviços de terceiros	(598.477)	(589.926)
Depreciação e amortização	(741.454)	(669.684)
Seguros	(55.913)	(52.054)
Tributos	(172.706)	(157.243)
Outros	66.471	(90.738)
(-) Recuperação de despesas	36.595	22.144
	(5.101.385)	(5.045.833)

19 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Sobras antes dos tributos	4.818.733	4.413.510
Exclusão:		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(3.341.653)	(3.330.100)
Base de cálculo	1.477.080	1.083.410
Imposto de renda		
Imposto de renda – 15%	(219.562)	(160.886)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(123.708)	(84.341)
	(343.270)	(245.227)
Contribuição social – 9%	(132.937)	(97.507)

20 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore. A energia elétrica fornecida é baseada nas tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Parte relacionada	Natureza da operação	2022	2021
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	152.074	92.685
Conselho de Administração	Remuneração	473.807	393.331
Conselho de Administração	Capital social	14.741	14.823
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	14.792	10.638
Conselho Fiscal	Remuneração	24.842	21.431
Conselho Fiscal	Capital social	7.250	5.538

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros.

a Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	Classificação	2022	2021
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	614.551	1.668.370
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	11.520.334	11.788.006
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	1.953.469	2.144.810
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(i)	391.057	402.798
Ativo financeiro – concessão do serviço público	(i)	4.499.626	5.695.232
		18.979.037	21.699.216
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	751.908	692.336
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(i)	333.787	256.015
Taxas regulamentares	(i)	152.132	482.331
		1.237.827	1.430.682

Classificação:

- (i) Custo amortizado.

A Cooperativa aplica os procedimentos contábeis emitidos pelo CFC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer divulgação pelo nível de hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Cooperativa mantém ativo financeiro – concessão de serviço público e os valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros classificados no nível 3.

b Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

c Risco de crédito

Parte substancial do fornecimento de energia elétrica é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes. Os riscos de crédito de equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Cooperativa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que auxiliam na liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

d Risco de gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Cooperativa administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalentes de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido).

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Cooperativa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	2.904.647	2.422.965
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(12.134.885)	(13.456.376)
Sobra de caixa em relação a dívida (A)	(9.230.238)	(11.033.411)
Total do patrimônio líquido (B)	33.981.134	29.645.615
Índice da sobra de caixa em relação a dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/(B)	(0,27)	(0,37)

e Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

22 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Societária



**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE**
CNPJ 53.176.038/0001-86 - I.E. 483.003.274.114
PABX:- (17) 3542-1208 – Plantão 0800-7741401
e-mail: cernhe@cernhe.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, em cumprimento ao que determina o artigo 47, letra I, do Estatuto Social, examinamos Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Societária representam a posição financeira e a patrimonial da cooperativa em 31 de dezembro de 2022; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Novo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Nome Completo

Conselheiro Fiscal Efetivo - ALCIDES RODRIGUES ZANA

Conselheiro Fiscal Efetivo - ORLANDO EMILIO D. TOGNA

Conselheiro Fiscal Efetivo - WILSON JOSÉ DE LAZARI

Assinatura

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar
CEP 14021-613 - Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE
Novo Horizonte SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3

OCTAVIO BUTION

NETO:19952411804

Octávio Bution Neto

CRC 1SP243568/O-1

Assinado de forma digital por
OCTAVIO BUTION
NETO:19952411804
Dados: 2022.03.15 14:30:44 -03'00'

3 - Relatório da Administração Regulatório

Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta da Diretoria

Em 2022 a CERNHE manteve em alta a qualidade e satisfação do consumidor, demonstrando que a Administração está correta quando foca na manutenção, investimentos pontuais e solução definitiva de longo prazo. Hoje temos um sistema estável em que o consumidor confia e responde bem as pesquisas.

Quem investe no meio rural se preocupa apenas com seus negócios e lazer, pois confiam na estabilidade da energia.

Em 2022 realizamos compra de energia via mercado livre, como forma de oferecer melhores tarifas aos consumidores.

- ✓ **Sua Cooperativa é bem administrada e não oferece risco ao Cooperado;**
- ✓ **Atende a todos com eficiência, cordialidade e ética profissional;**
- ✓ **Consumidor está satisfeito com a qualidade;**
- ✓ **Não existem processos parados e reclamações sem solução;**
- ✓ **Concluimos todas as obras antes do prazo de lei, sem que ninguém tenha que implorar ao Diretor Presidente e isto é respeito ao Cooperado.**

José Antônio Redígolo (Presidente).

Fausto Mizael (Vice-Presidente) - Manoel Carlos Ribeiro (Secretário).

Conselho de Administração: Claudio João Trolezi, Claudinei Ruis Mestriner, Josimar Alves do Valle e Luiz Antonio Rangel. Suplentes: Dirceu João Borali e Adalberto Sanches Valera.

Conselho Fiscal: Alcides R. Zana, Orlando Emilio Della Togna e Wilson José de Lazari.

Suplentes C. Fiscal – Arlindo Delsim, João Antonio Q. Fracasso e

Reinaldo Ap. Gotardo.

Carta do Presidente

Caros cooperados e consumidores, a CERNHE continua desempenhando seu papel com excelência na distribuição de Energia Elétrica de qualidade, ao produtor rural no campo e aos consumidores nos condomínios localizados nas áreas rurais dos municípios por ela atendidos.

Graças a administração prudente e cautelosa, fazendo aplicação de seus recursos no sistema de distribuição e sempre primando pela qualidade deste sistema, a CERNHE conseguiu superar dois anos de pandemia COVID-19 e as incertezas do mercado financeiro fragilizados pela guerra entre Ucrânia e Rússia. Os investimentos realizados se refletem na estabilidade do sistema e na satisfação do consumidor.

Muitos foram os projetos realizados no ano de 2022, no entanto nosso trabalho não está terminado, precisamos constantemente melhorar e para isto novos projetos estão sendo desenvolvidos para acompanhar o crescimento e a evolução do sistema de distribuição.

Desafios como a ampliação de instalação de fontes geradoras de energia fotovoltaica e a redução da tarifa para melhor atender aos consumidores nas suas necessidades diárias de consumo de energia, fazem com que a CERNHE sempre busque novos caminhos e soluções.

Sempre no melhor interesse em atender seus consumidores a CERNHE passará a adquirir energia no mercado livre através de leilão público conforme regulamentação da ANEEL e com isso estará melhorando as condições de seu processo de revisão tarifária podendo assim propiciar energia de qualidade e custo reduzido frente às antigas metodologias de compra de energia.

Trabalhamos para levar progresso e lazer aos consumidores que estão no campo.

Agradeço a Deus pela oportunidade de continuar administrando esta honrosa empresa, aos colaboradores, diretores e parceiros terceirizados.

José Antonio Redígolo.
Diretor Presidente

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL. Ainda em atendimento a ANEEL destacamos que todas as certidões negativas nas diversas esferas, municipal, estadual, federal e regulatória, foram apresentadas nos prazos definidos.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED ECD, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Pedro Juliano Bete
Contador
CRC – 1SP293404/O-7

Cenário

A CERNHE vai muito bem, porém sofre como todo agente de Distribuição os efeitos da transformação do mercado de energia. Cada vez mais, exige-se profissionalismo e muita dedicação para acompanhar toda evolução do sistema tornando-se competitiva para manter-se no mercado.

Muitos são os receios com a abertura do mercado. Não sabemos ainda quais serão os efeitos do avanço da energia fotovoltaica e como afetará a CERNHE no futuro não distante.

Tem ainda a questão da abertura do mercado livre de energia, que aparentemente pode nos dar condição de competitividade de tarifa, no entanto, atribui muita responsabilidade, sem falar que este mercado também será proporcionado a nossos consumidores de maior porte.

Podemos dizer que a CERNHE vive seu melhor momento, possuindo ótimos índices de qualidade e satisfação do consumidor.

Em 2022 adquirimos energia no mercado livre, seguindo a linha adotada pela maioria das cooperativas do sul. Em 2023 pretendemos adquirir o restante dependendo das condições de mercado.

No cenário nacional não temos controle, assim cabe a nós fazermos bem o dever de casa que entendemos ser, investimento pontual e manutenção pesada no sistema mantendo a qualidade conquistada.

José Antônio Redígolo.
Diretor Presidente

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 07 dos 645 municípios do Estado do São Paulo. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 207 novas ligações, sendo 138 residenciais, 2 industrial, 57 rurais e 10 comerciais, totalizando 4.688 consumidores atendidos pela Permissionária (descontando 2 consumos próprios), número 4,61% superior ao de 2021.

Número de Consumidores					
Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	2.674	2.763	2.867	3.101	3.239
Comercial	136	142	142	9	11
Industrial	7	8	9	142	152
Rural	1.263	1.303	1.316	1.204	1.261
Poderes Públicos	6	7	6	7	7
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	13	13	14	14	14
Total	4.101	4.238	4.356	4.479	4.686
Variação	3,85%	3,34%	2,78%	2,82%	4,62%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 18,81 GWh (22,71 GWh em 2021).

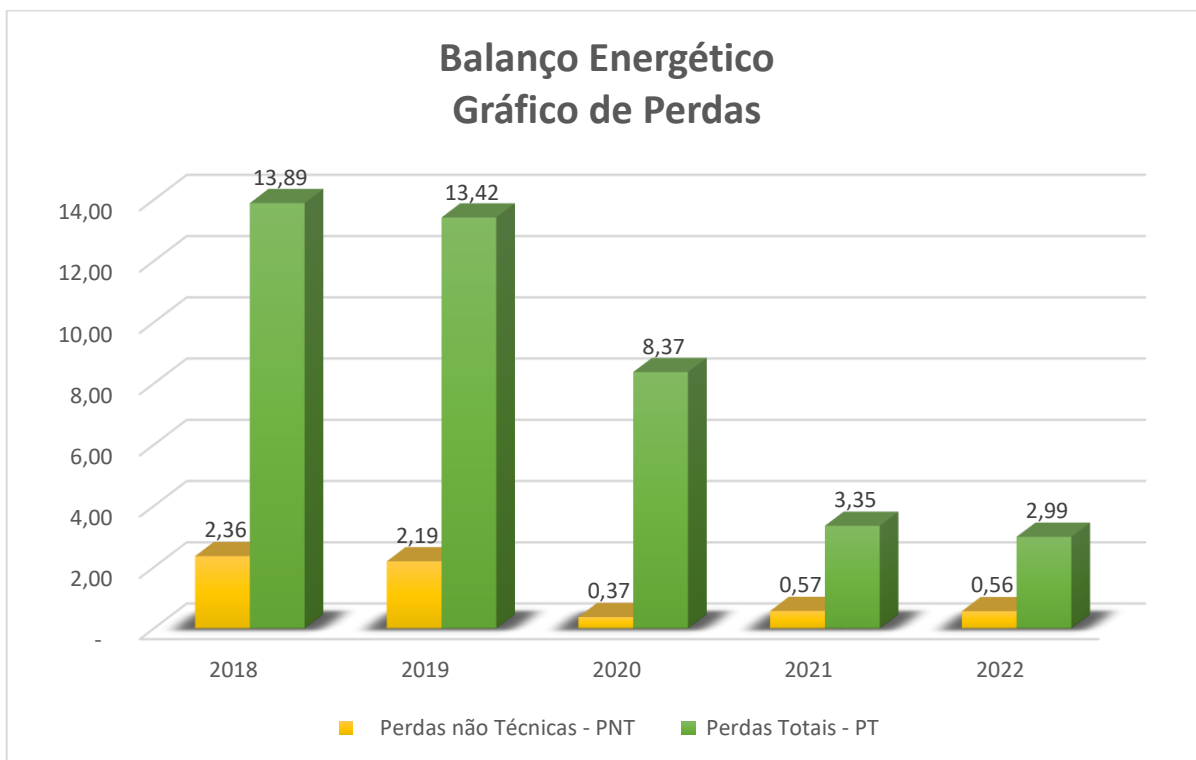
O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o rural. A classe rural representa uma fatia de 55,26% do segmento de mercado e apresentou decréscimo na ordem de 30,11% em relação ao ano de 2021. A classe residencial representa 26,21% do segmento de mercado e apresentou um crescimento na ordem de 13,34% em relação ao ano de 2021. No meio rural, o baixo desempenho deve-se, principalmente, a sazonalidade em relação ao consumidor irrigante que devido aos níveis elevados de chuvas ocorridas no ano de 2022, fez com que houvesse redução do consumo de energia.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Fornecimento	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Residencial	3,37	3,70	4,13	4,35	4,93
Comercial	1,05	1,13	1,08	1,07	1,12
Industrial	0,18	0,47	1,02	1,12	1,13
Rural	10,68	11,03	13,88	14,87	10,40
Poderes Públicos	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03
Iluminação Pública	0,78	0,80	0,90	0,88	0,88
Serviço Público	0,32	0,32	0,35	0,39	0,32
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Variação	14,80%	6,47%	22,35%	6,10%	-17,18%

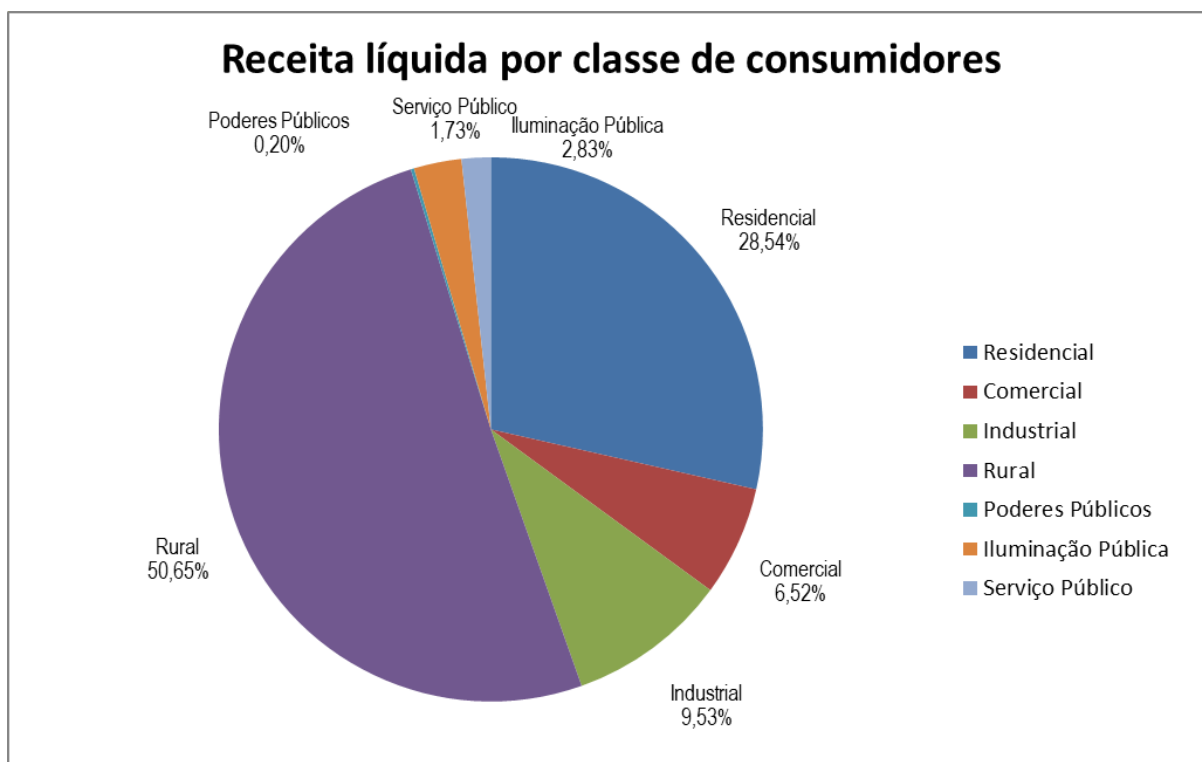
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução de 6,20% em 2021 para 2022.

Balanco Energético					
Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
- Fornecimento	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	16,43	17,50	21,41	22,71	18,81
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	13,89	13,42	8,37	3,35	2,99
Perdas Técnicas	11,53	11,23	8,00	2,78	2,43
Perdas não Técnicas - PNT	2,36	2,19	0,37	0,57	0,56
PNT / Energia Requerida %	7,78%	7,08%	1,24%	2,19%	2,57%
Perdas Totais - PT	13,89	13,42	8,37	3,35	2,99
PT / Energia Requerida %	45,8%	43,4%	28,1%	12,9%	13,7%
Total	30,32	30,92	29,78	26,06	21,80



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 10.553,73 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2022	2021	%
Residencial	3.012,24	2.578,12	16,84%
Comercial	687,84	636,86	8,00%
Industrial	1.005,43	922,09	9,04%
Rural	5.345,89	6.398,05	-16,45%
Outros	502,33	516,11	26,35%
Poderes Públicos	21,07	17,24	22,24%
Iluminação Pública	298,88	287,08	4,11%
Serviço Público	182,38	211,79	0,00%
Total	10.553,73	11.051,23	-4,50%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em 2022 apresentou um decréscimo de 0,30% sobre o mesmo período do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2022	2021	Var %
Residencial	3.239	3.153	2,73%
Comercial	152	145	4,83%
Industrial	11	10	10,00%
Rural	1.261	1.369	-7,89%
Outros	23	23	0,00%
Poderes Públicos	7	7	0,00%
Iluminação Pública	2	2	0,00%
Serviço Público	14	14	0,00%
Total	4.686	4.700	-0,30%

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	634,93
Comercial	634,93
Industrial	634,93
Rural	593,02

Tarifa Por faixa de Consumo Residencial Baixa Renda	01 -30 KWh	KWh31-100	101 - 220 KWh	acima de 220 KWh
Tarifas Brutas	0,18130	0,31080	0,46619	0,53675

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2018	22,76	11,67	1,430
2019	21,38	12,09	1,615
2020	18,21	10,35	1,646
2021	22,78	12,10	1,564
2022	21,73	9,06	1,742

Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECD – Escrituração Contábil Digital e ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Em 2022 foram somente realizadas as manutenções e atualizações dos sistemas implementados no ano anterior a fim de manter-se sempre afinada com as inúmeras exigências fiscais e tributárias bem como as obrigações acessórias pertinentes a atividade desta Permissionária.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2022, as sobras líquidas foram de R\$ 4.342.53 mil, contra R\$ 4.070,78 mil em 2021, um aumento de 6,68%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de

gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.818,73 mil

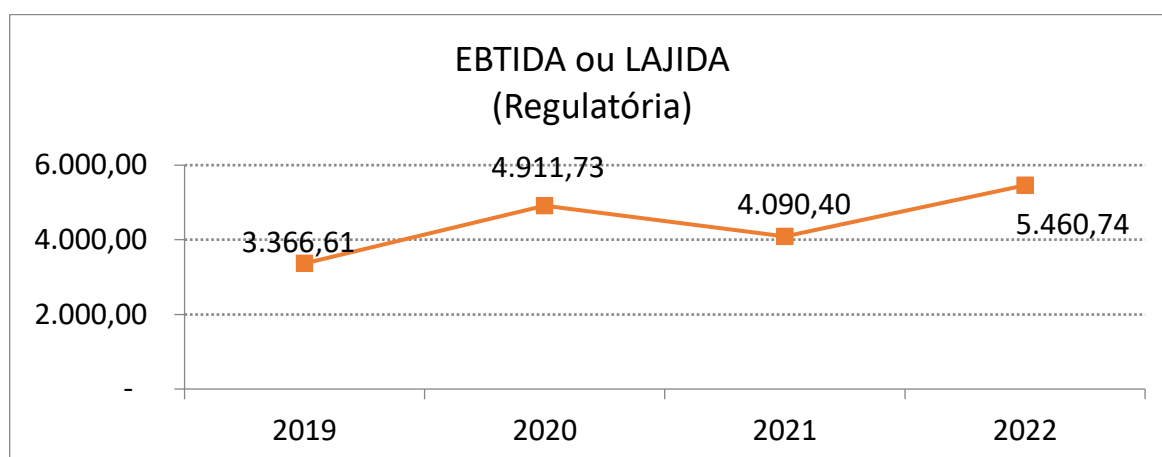
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 4.228,74 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 1.477,08 mil

A receita operacional líquida societária atingiu R\$20.565,29/mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$20.641,01/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 17.057,37 mil, 0,08% superior em relação à 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.460,74 mil, crescimento de 33,50% em relação a 2021, que foi de R\$ 4.090,40 mil, conforme evolução abaixo:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 10% para Reserva de Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Permissionária era de R\$ 1.916,10 mil, composto por 1.916,10 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Investimentos

Chaves Religadoras Automaticas: Em 2022 instalamos 02 religadoras e agora contamos com 16 chaves instaladas no sistema. Processo foi iniciado em 2018, que dará condições de conclusão da automação.



Chaves Faca: Em 2022 instalamos mais 3 conjuntos e agora já são 70 jogos de chaves instaladas no sistema. Destacamos que de 2012 a 2022 foram instaladas 61 chaves.

A implantação destas chaves proporciona a satisfação do consumidor pois com elas seccionamos os sistemas e deixamos pouca gente sem energia quando de nossas manutenções.

Chaves 3 operações – Religadoras: Em 2022 introduzimos 3 destas chaves e agora totalizam-se 32 chaves, destacamos que antes de 2017 contávamos apenas com 1 chave no sistema.

Estas chaves proporcionam que o próprio sistema faça 3 operações religando o sistema após o evento sem a necessidade do deslocamento em campo e sem que o consumidor perceba a falta de energia.

Ramais de Manobra / Interligação: Em 2022 foram construídos mais 2,5km (interligação dos ramais 2 e 3 de Novo Horizonte, localizada na divisa dos bairros Espírito Santo e Fugidinho). A construção destes ramais de interligação proporciona a transferência de carga, dando condições à CERNHE de alimentar quase todo o circuito para trabalhar em pontos específicos do sistema deixando cada vez menos consumidores sem energia

A construção destes ramais que a princípio alguns se mostraram incrédulos, demonstrou sua eficácia quando nosso sistema de interligação foi usado pela ENERGISA para abastecer praticamente toda a cidade de Borborema, em especial o hospital quando de um problema sério em sua subestação.

Recondutoramentos: Em 2022 recondutoramos 4,20km de sistema. Esta substituição de cabos está possibilitando a transferência de cargas entre as cabines de Novo Horizonte, Borborema e entre ramais. Isto também proporciona menores perdas de energia na distribuição.

Recondutoramento de 843m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Gonçalves;
 Recondutoramento de 690m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Gonçalves;
 Recondutoramento de 270m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Três Pontes;
 Recondutoramento de 546m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Aparecida;
 Recondutoramento de 140m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Três Pontes;
 Recondutoramento de 770m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 03 NHE – Bairro Taquaral;
 Recondutoramento de 190m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Barro Preto;
 Recondutoramento de 751m de rede primária de cabo 06CAA para cabo 02CAA – Ramal 04 NHE – Bairro Gonçalves.

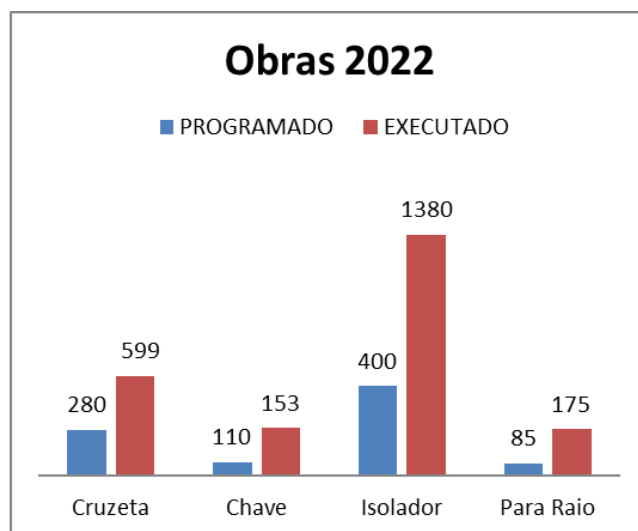
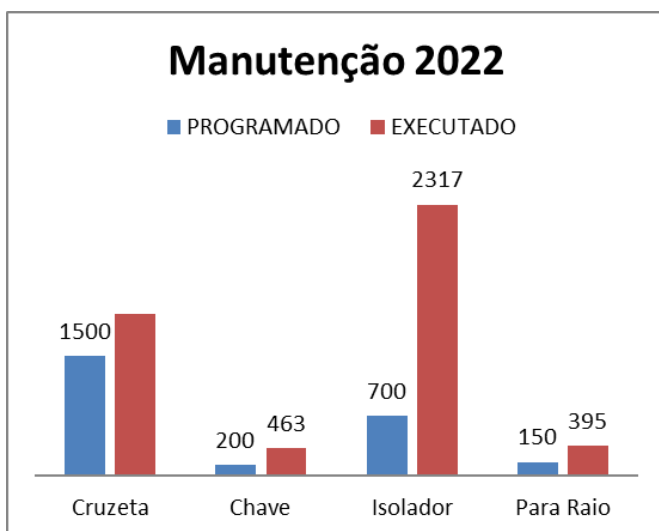
Troca de Medidores: Foram substituídos 122 medidores no total, conforme os motivos abaixo descritos.

MOTIVO	QUANTIDADE
Variação %, queimados (Detectados preventivamente)	34
Desconto irrigante	5
Microgeração	71
Análise do Nível de Tensão (Obrigatórios pela ANEEL)	12

Veículos: Mantendo a linha de investimento para manutenção da frota em 2022, adquirimos:

- ✓ 01 Camionete Toyota/Hilux - R\$ 209.655,51;
- ✓ 01 Guindaste Hidráulico Modelo AGI 16.5 - ARGOS - R\$ 194.000,00;

Obras e Manutenção



Resumo das Obras Realizadas

Realizamos 59 obras em 2022, sendo:
 Obras com a participação do consumidor: 19
 Obras de manutenção da Cooperativa: 27

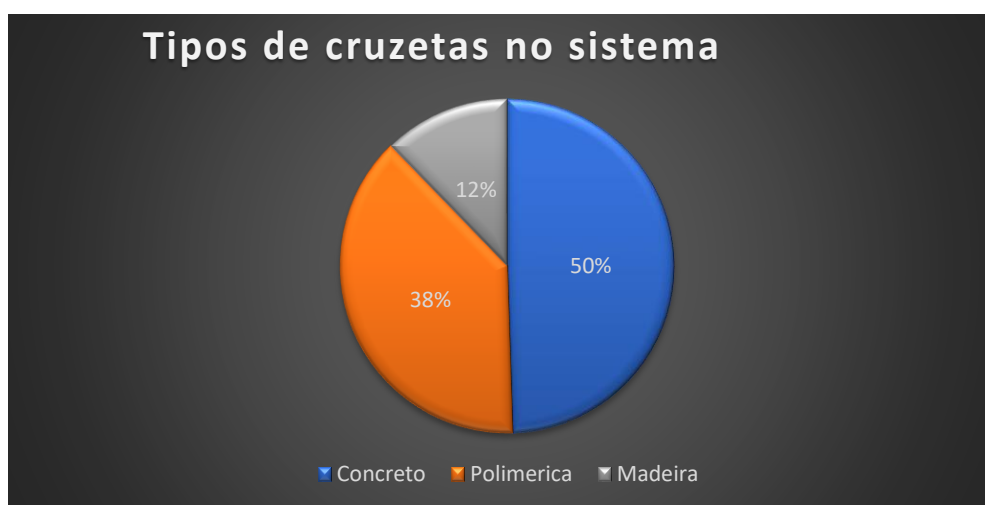
Obras 1ª ligação sem custo ao consumidor: 10

Cruzetas de concreto: Em 2022, foram implantadas mais 1.989 cruzetas de concreto e agora já somam 50% do total existente.

Concreto: 8.141

Polimérica: 6.293

Madeira: 2.014



Equipamento Termovisor: Adquirimos 1 equipamento para detectar vazamentos no sistema. Estamos em fase de testes podendo ser adquiridos novos equipamentos.

Cameras de Segurança: Investimos na implantação de um sistema de monitoramento moderno e de qualidade afim de garantir a segurança dos colaboradores e dos ativos da empresa.

PABX – Central de Telefonia: Realizamos a modernização do nosso equipamento PABX afim de melhorar a qualidade e agilidade no atendimento aos consumidores, com isso também aprimoramos o sistema de gravação de chamadas, que agora grava sem ruídos. Retomamos as gravações emergenciais e avisos de desligamentos programados, com isso reduzimos consideravelmente o número de chamados e indicadores.

Reforma da sede administrativa: Em 2022 realizamos uma grande reforma em nossa sede administrativa afim de oferecer maior agilidade, qualidade e privacidade no atendimento dos nossos consumidores, oferecendo também maior qualidade de trabalho aos nossos colaboradores.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas

do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2022, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares.

A CERNHE promove benefícios a seus colaboradores, como **Plano de Saúde/ Participação nos Lucros e Vale Alimentação/Adicional de tempo de serviço/reembolso de remédios**. Os custos destes benefícios somaram em 2022 o total de R\$ 561.415,47, sendo R\$ 110.728,56 com plano de saúde, R\$ 191.175,48 de Participação nos Lucros, R\$ 180.727,12 de Vale alimentação; Adicional por tempo de serviço R\$ 78.784,41; Reembolso remédios para funcionários afastados por acidente de trabalho, conforme acordo coletivo.

No ano de 2022 foi promovida a campanha Outubro Rosa e Novembro azul, cujo objetivo foi realizar exames de mamografia, PSA e demais exames necessários para identificação de possíveis anormalidades na saúde dos funcionários e suas esposas. Tivemos o custo de R\$ 2.800,00 com esta campanha.

Treinamento / Capacitação / Padronização: A CERNHE em 2022 investiu em treinamentos, acrescentando novos conhecimentos a equipe, aprimorando procedimentos de trabalho e capacitando a novos sistemas.

Treinamentos em 2022: Operação, Montagem e troca de estruturas; Manutenção e construção de redes de distribuição; Sistema integrado de inspeção ADR 2000 e 3000; Vistoria de estruturas; Separação e recepção de materiais; Controle de estoque de materiais; Controle de EPIs; Segurança e saúde no trabalho - Ergonomia; Operador de Guindauto, NBR ISSO 9001; NR35; Reciclagem-Básico de eletricitista; NR12-Motoserra e serviços de roçada; Realização de leituras e detecções de problemas; Reciclagem NR10; Resolução normativa ANELL nº1000; Contabilização mercado livre; Qualidade no atendimento ao consumidor; Reciclagem-Roçada, Manobras e Guindauto; Utilização de novo PABX; Sistema de Telefonia IP; Operacionalização de coletor; Sistemas Useall aos novos contratados no Depto.

Comercial, Técnico, Financeiro e Faturamento; Treinamento ECD e ECF realizado na CERRP. Total de gastos com treinamentos – R\$ 21.797,43.

Além dos treinamentos, na busca de facilitar e melhorar o desempenho, foram feitas algumas normas técnicas, tais como: Procedimento para o uso de guindauto na roçada; Norma para utilização de cesto aéreo, escada e espora; Norma de comportamento da equipe na propriedade dos consumidores; Norma para ligação de transformadores bifásicos; Norma para execução de manobras; Norma para uso de uniformes; Norma de zelo dos equipamentos de trabalho; Norma para uso do celular/tablet da empresa; Norma para não utilizar de telefone particular em contato com consumidor; Procedimento interno para atendimento em área precária; Procedimento interno para carregamento e descarregamento de materiais; Procedimento interno para preenchimento de controle de ponto externo; Procedimento sobre comportamento (bullying na equipe); Procedimento na utilização dos veículos; Procedimento para organização do pátio de cruzetas; Procedimento para teste de chamadas no call center.

Todas as normas já existentes até 2022 foram recicladas junto à equipe e atualizadas conforme a necessidade.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2022	2021	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.686	4.700	-0,30%
Número de empregados	46	39	17,95%
Número de consumidores por empregado	102	121	-15,47%
Número de localidades atendidas	7	7	0,00%
Número de agências	-	-	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	-	-	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km²)	937	937	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7,17	7,28	-1,58%
Distribuição direta (GWh)	18,81	22,08	-14,81%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.522	1.381	10,21%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	624	569	9,65%
Total (exceto curto prazo)	-	-	0,00%
Residencial	635	595	6,75%
Comercial	635	595	6,75%
Industrial	635	595	6,75%
Rural	593	494	20,15%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	21,73	22,78	-4,61%

População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	-	-	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4	4	0,00%
FEC (número de interrupções)	9,06	12,10	-25,12%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,11	0,11	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	945,31	952,66	-0,77%
Capacidade instalada (MW)	22,65	23,51	-3,65%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	23.647,95	25.034,81	-5,54%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.565,29	20.641,01	-0,37%
Margem operacional do serviço líquida (%)	14,99%	21,29%	-29,58%
EBITDA OU LAJIDA	5.460,74	4.090,40	33,50%
Lucro líquido (R\$ mil)	3.752,54	3.459,00	8,49%
Lucro líquido por mil cotas	1,96	1,76	10,98%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	39.295,01	35.682,41	10,12%
Valor patrimonial por cota R\$	20,51	18,21	12,65%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,10	0,10	-1,49%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,13	0,12	9,20%
Em moeda nacional (%)	0,13	0,12	9,20%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	60,33	58,08	3,87%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	139,47	169,47	-17,70%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,31	1,51	-13,53%
Retorno de ativos por unidade	0,13	0,16	-18,63%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Novo Horizonte/SP, 30 de Abril de 2023

A Administração

4 - Balanço Patrimonial Regulatório

CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte

CNPJ nº 53.176.038/0001-86

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos		
Ativo Circulante	20.984,05	18.974,38
Caixa e equivalentes de caixa	12.134,88	13.456,37
Consumidores	1.952,24	2.143,83
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	95,27	39,03
Tributos compensáveis	286,24	269,30
Depósitos judiciais e cauções		
Almoxarifado operacional	823,72	549,64
Investimentos temporários	3.043,71	-
Empréstimos		
Ativos financeiros setoriais	1.270,72	547,96
Despesas pagas antecipadamente	63,82	39,46
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.313,45	1.928,79
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	23.312,58	20.867,12
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	356,79	321,28
Depósitos judiciais e cauções	65,60	19,66
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes		
Bens e atividades não vinculados à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	149,10	133,88
Imobilizado	22.739,56	20.390,58
Intangível	1,53	1,72
Total do ativo	44.296,63	39.841,50

Passivo

Passivo Circulante	2.881,81	2.400,11
Fornecedores	751,91	692,34
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	543,99	492,91
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	474,66	395,03
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	152,13	482,33
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	333,79	256,02
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	625,33	81,48
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	2.119,81	1.758,97
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	22,86	22,86
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.096,95	1.736,11
Total do passivo	5.001,62	4.159,08
Patrimônio líquido	39.295,01	35.682,42
Capital social	1.916,10	1.959,55
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	5.314,08	6.036,80
Reservas de lucros	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Reserva de sobras	28.487,93	24.265,30
Sobras à disposição da Assembleia	3.576,90	3.420,77
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	39.295,01	35.682,42
Total do passivo e do patrimônio líquido	44.296,63	39.841,50

OBS: Reserva de sobras estão contabilizadas como reservas de lucro em 2021 e 2022 e serão reclassificadas em 2023

CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte**CNPJ nº 53.176.038/0001-86****Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Valores expressos em milhares de reais)****Demonstração do Resultado do Exercício**

	Consolidado	
	2022	2021
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	23.647,94	25.034,80
Fornecimento de energia elétrica	6.950,02	8.203,16
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	5.891,29	6.042,09
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	189,75	36,67
Serviços cobráveis	12,68	18,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	10.594,24	10.629,01
Outras receitas	9,96	105,44
Tributos	(1.474,30)	(1.667,48)
ICMS	(1.347,90)	(1.508,04)
PIS-PASEP	(22,48)	(28,37)
COFINS	(103,77)	(130,94)
ISS	(0,15)	(0,13)
Encargos - Parcela "A"	(1.608,35)	(2.726,31)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.533,34)	(1.174,81)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(75,01)	(61,46)
Outros encargos	-	(1.490,04)
Receita líquida / Ingresso líquido	20.565,29	20.641,01
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(9.680,50)	(10.100,85)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.021,67)	(10.100,85)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(2.658,83)	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.884,79	10.540,16
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.877,66)	(7.226,24)

Pessoal e administradores	(4.198,83)	(3.639,02)
Material	(1.046,44)	(1.119,73)
Serviços de terceiros	(879,65)	(891,13)
Arrendamento e aluguéis	(355,05)	(303,11)
Seguros	(57,94)	(53,91)
Doações, contribuições e subvenções	(18,33)	(38,39)
Provisões	(1,81)	(0,07)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	243,49	46,18
Tributos	(218,80)	(185,21)
Depreciação e amortização	(1.378,30)	(1.323,57)
Gastos diversos	(55,19)	(46,32)
Outras Receitas Operacionais	264,51	558,35
Outras Despesas Operacionais	(175,32)	(230,31)
Resultado da Atividade	3.007,13	3.313,92
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	1.221,63	488,10
Despesas financeiras	(352,84)	(189,44)
Receitas financeiras	1.574,47	677,54
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	4.228,76	3.802,02
Despesa com impostos sobre os lucros	(476,21)	(342,74)
Resultado líquido das operações em continuidade	3.752,55	3.459,28

CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte

CNPJ nº 53.176.038/0001-86

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.008,34	-	6.997,47	19.683,26	-	-	3.460,58	-	32.149,65
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(2,16)	-	-	-	-	-	-	-	(2,16)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(349,16)	-	-	-	611,51	-	262,35
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(611,51)	-	-	-	3.459,25	-	2.847,74
(+/-) Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	407,07	-	-	(407,07)	-	-
RATES	-	-	-	(164,15)	-	-	164,15	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	(46,63)	-	-	4.339,12	-	-	(3.867,65)	-	424,84

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.959,55	-	6.036,80	24.265,30	-	-	3.420,77	-	35.682,42
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(6,77)	-	-	-	-	-	-	-	(6,77)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(132,73)	-	-	-	589,99	-	457,26
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(589,99)	-	-	-	3.752,54	-	3.162,55
(+/-) Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	434,25	-	-	(434,25)	-	-
RATES	-	-	-	(102,89)	-	-	102,89	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	(36,68)	-	-	3.891,27	-	-	(3.855,03)	-	(0,44)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.916,10	-	5.314,08	28.487,93	-	-	3.576,91	-	39.295,02

CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte
CNPJ nº 53.176.038/0001-86
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

	2022	2021
Fluxo De Caixa das Atividades Operacionais	2.590,72	3.872,99
Fornecimento de Energia	12.367,66	14.543,27
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	12.103,04	10.665,20
Outros Recebimentos Operacionais	445,54	125,61
Fornecedores - Materiais e Serviços	(4.362,96)	(3.095,55)
Fornecedores - Energia Elétrica	(8.987,01)	(9.951,09)
Salários e Encargos Sociais	(2.787,30)	(2.614,61)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.389,80)	(1.415,38)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(1.295,13)	(1.379,96)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(349,47)	(119,66)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.935,77)	(2.456,04)
Outras Despesas Operacionais	(1.218,08)	(428,80)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.912,22)	(1.649,52)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	(3.043,71)	-
Imobilizado	(2.286,98)	(2.121,12)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Rendimentos Recebidos	1.418,47	471,60
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.321,50)	2.223,47
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.321,50)	2.223,47
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.321,50)	2.223,47
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.321,50)	2.223,47
No início do exercício	13.456,38	11.232,91
No fim do exercício	12.134,88	13.456,38

Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis

adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

D E S C R I Ç ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS				
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	
Fornecimento de Energia	1.566,20	-	255,62	2,21	4,52	15,36	-20,8	18,55	-	-	-	-
Residencial	298,23	-	89,68	1,2	3,67	5,92	-10,8	3,5	-	-	-	-
Industrial	55,19	-	10,62	-	-	0,09	-0,09	-	-	-	-	-
Comercial	67,68	-	14,72	0,08	0,31	1,7	-2,01	11,98	-	-	-	-
Rural	439,47	-	140,6	0,93	0,54	7,65	-7,65	3,07	-	-	-	-
Poderes Públicos	0,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação Pública	32,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Público	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Taxado	1,83	-	-	-	-	-	-0,25	-	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	668,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.566,20	-	255,62	2,21	4,52	15,36	-20,8	18,55	-	-	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2022 (R\$ 20,55/Reais mil) aumentou 7,99% em relação ao ano de 2021 (R\$ 19,03/Reais mil).

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	36.293,33	2.306,59	(291,28)	-	(595,88)	37.712,76	2.015,31	(18.903,44)	18.809,33	18.127,91	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	599,07	-	-	-	-	599,07	-	(120,69)	478,38	498,33	-	-	-
Máquinas e equipamentos	33.963,59	1.929,76	(182,43)	-	(595,88)	35.115,04	1.747,34	(17.751,58)	17.363,46	16.811,08	-	-	-
Veículos	1.710,98	369,89	(108,85)	-	-	1.972,01	261,04	(1.018,33)	953,69	810,20	-	-	-
Móveis e utensílios	19,70	6,94	-	-	-	26,64	6,94	(12,84)	13,80	8,31	-	-	-
Administração	1.366,17	68,35	-	-	-	1.434,52	68,35	(770,69)	663,83	646,10	-	-	-
Terrenos	140,91	-	-	-	-	140,91	-	-	140,91	140,91	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	960,34	-	-	-	-	960,34	-	(609,89)	350,45	382,43	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	264,92	68,35	-	-	-	333,27	68,35	(160,81)	172,47	122,76	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	37.659,50	2.374,94	(291,28)	-	(595,88)	39.147,28	2.083,66	(19.674,13)	19.473,15	18.774,00	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
---	---------------------------------	----------------	------------	-------------------	-------------	---------------------------------	------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------	-------------------------------------

Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.616,58	5.892,52	-	(4.292,71)	-	3.216,39	1.599,81	-	3.216,39	1.616,58	-	-	-
Máquinas e equipamentos	87,21	2.074,26		(2.047,94)	-	113,52	26,32	-	113,52	87,21	-	-	-
Outros	1.529,37	3.818,27		(2.244,77)	-	3.102,87	1.573,50	-	3.102,87	1.529,37	-	-	-
Administração	-	111,98	-	(61,96)	-	50,02	50,02	-	50,02	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	111,98		(61,96)	-	50,02	50,02	-	50,02	-	-	-	-
Outros	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.616,58	6.004,50	-	(4.354,67)	-	3.266,41	1.649,83	-	3.266,41	1.616,58	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	39.276,08	8.379,45	(291,28)	(4.354,67)	(595,88)	42.413,69	3.733,50	(19.674,13)	22.739,56	20.390,58	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(20,44)	1,53	1,72
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(20,44)	1,53	1,72
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(20,44)	1,53	1,72
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-			
Servidões	-	-	-	-	-	-	-			

Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-

Total do Ativo Intangível	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(20,44)	1,53	1,72
----------------------------------	--------------	----------	----------	----------	----------	--------------	----------	----------------	-------------	-------------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	34.395,35	1.929,76	(182,64)	-	(453,03)	35.689,44	1.747,13
Transformador de Distribuição	3.021,43	397,11	(75,30)	-	2.208,49	5.551,73	321,81
Medidor	1.262,25	124,19	(34,04)	-	194,98	1.547,38	90,15
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.434,61	194,23	(11,79)	-	7.962,16	10.579,21	182,44
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	26.155,44	1.214,23	(34,40)	-	(18.785,00)	8.550,27	1.179,84
Redes Alta Tensão (69 kV)	431,76	-	(0,21)	-	142,85	574,40	(0,21)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.089,86	-	(26,90)	-	7.823,49	8.886,45	(26,90)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.736,10	(1.477,88)	(1.117,03)	-	-	(858,81)	(2.594,91)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	1.736,10	(1.477,88)	(1.117,03)	-	-	(858,81)	(360,85)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2022				2021
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Deprec. e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	7,71%	37.712,76	(18.903,44)	18.809,32	18.127,91
Custo histórico	4,49%	19.448,93	(5.850,61)	13.598,32	12.197,96
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,22%	18.263,83	(13.052,83)	5.211,00	5.929,95
Administração	6,10%	1.434,52	(770,69)	663,83	646,10
Custo histórico	3,42%	1.286,29	(725,53)	560,76	541,97
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	2,68%	148,23	(45,16)	103,07	104,13
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinc. à conc. do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	3.266,41	-	3.266,41	1.616,58
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	3.216,39	-	3.216,39	1.616,58
Administração	-	50,02	-	50,02	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividades não vinc. à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.599,86	158,52	145,70	-	-	25,68	1.929,76
Móveis e Utensílios	75,29	-	-	-	-	-	75,29
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	365,24	4,65	-	-	-	-	369,89
Total das Adições	2.040,39	163,17	145,70	-	-	25,68	2.374,94

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	
Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CAMINHÃO ATEGO 1719/48 - Nº 043 2019/2020 MERCEDES BENZ	206,72
2 - CAMINHONETE HILUX 4X4 2.8 TURBO	140,66
3 - COMPRA DE GUINDASTE HIDRAULICO MODELO AGI 16.5 - ARGOS	109,44
4 - CABO AL PROTEGIDO XLPE 35MM - 15KV	102,56
5 - REFORMA DA CABINE DE PROTEÇÃO E MEDIÇÃO DE NOVO HORIZONTE	38,57
6 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11,0 M/200 KG	36,61
7 - CABO AL PROTEGIDO XLPE 35MM - 15KV	36,6
8 - CABO AL PROTEGIDO XLPE 50MM - 15KV	36,26
9 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11,0 M/600 KG	32,91
10 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11,0 M/600 KG	31,41

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - VEÍCULO VW/GOL TREND. TL MB S - ANO 2014/15 - FOY - 2883	28,85
2 - CAMIONETA CHEVROLET/GM D-10/1000 ANO 84 BEGE PL. AGT-6394 DIESEL	21,2
3 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFASICO 76,2kV 15KV 100A	20,9
4 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFASICO 76,2kV 15KV 100A	20,9
5 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFASICO 76,2kV 15KV 100A	20,59
6 - CAMIONETA CHEVROLET/GM D-10/1000 ANO 84 BEGE PL. BLV-4953 DIESEL	11,16
7 - TRANSFORMADOR TRIFASICO - 45 KVA (220/127)	7,35
8 - TRANSFORMADOR TRIFASICO - 30 KVA	6,51
9 - TRANSFORMADOR TRIFASICO - 75 KVA (380/220)	5,73
10 - CABO AL PROTEGIDO XLPE 50MM - 15KV	4,79

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERNHE não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2022.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERNHE, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV) Sobre contratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

V) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Em julho de 2020 aconteceu nosso Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 12,68% percebido pelos cooperados e consumidores.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	547,95	693,64	(695,98)	2,80	722,31	1.270,72	323,30	1.089,57	1.270,72	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	105,48	341,18	(263,42)	2,80	24,64	210,68	142,15	210,68	210,68	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	442,47	352,46	(432,56)	-	697,67	1.060,04	181,15	878,89	1.060,04	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	547,95	693,64	(695,98)	2,80	722,31	1.270,72	323,30	1.089,57	1.270,72	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	256,02	955,51	(878,18)	0,06	0,38	333,79	117,61	216,18	333,79	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	242,02	82,76	(176,89)	0,06	-	147,95	-	147,95	147,95	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	(71,83)	-	143,66	71,83	71,83	-	71,83	-
Bandeiras Tarifarias	-	761,87	(572,27)	-	(143,82)	45,78	45,78	-	45,78	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	14,00	110,88	(57,19)		0,54	68,23		68,23	68,23	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	256,02	955,51	(878,18)	0,06	0,38	333,79	117,61	216,18	333,79	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

																Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal de	Principal + Juros	Saldo	Adimplente	Datas de captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2023	2024	2025	2026	2027	2028+	Total	
	Curto Prazo	Curto Prazo	LP	Total		repactuação	garantia	ou Juros	% a.a.	Pgto. Juros	Pgto. Juros	Amortização	Final										
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estado 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos
Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal de	Principal + Juros	Saldo	Adimplente	Datas de captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	Curto Prazo	Curto Prazo	LP	Total		repactuação	garantia	ou Juros	% a.a.	Pgto. Juros	Pgto. Juros	Amortização	Final			2023	2024	2025	2026	2027	2028+	Total
Ativos Financeiros	-	15.178,60	-	15.178,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalente de Caixa	-	12.134,88	-	12.134,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	3.043,71	-	3.043,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$/MIL

A CERNHE não se utilizou de instrumentos derivativos em 2022 e 2021.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$/MIL

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2022	Total 2021
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária PAES	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(15.178,60)	-	(15.178,60)	(13.456,38)
Alta Liquidez	-	(12.134,88)	-	(12.134,88)	(13.456,38)
Demais Aplicações Financeiras	-	(3.043,71)	-	(3.043,71)	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(15.178,60)	-	(15.178,60)	(13.456,38)

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A CERNHE não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2022 ou anterior.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
SalDOS em 31/12/2021	22,86	-	-	-	-	-	22,86
Constituição				-	-	-	-
Baixas/reversão				-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
SalDOS em 31/12/2022	22,86	-	-	-	-	-	22,86

10. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	450,35%	(2.433,36)	-	-	(2.433,36)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,17%	(1.671,92)	-	-	(1.671,92)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,18%	(742,44)	-	-	(742,44)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,42	(19,00)	-	-	(19,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	452,33	-	-	452,33
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	289,33	-	-	289,33
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	155,65	-	-	155,65
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	7,35	-	-	7,35
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(1.981,03)	-	-	(1.981,03)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquidado em 31/12/2022	Valor Liquidado em 31/12/2021
Em serviço	(1.906,64)	(526,72)	-	-	-	(2.433,36)	(526,72)	452,33	(1.981,03)	(1.546,58)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(1.471,31)	(200,61)	-	-	-	(1.671,92)	(200,61)	289,33	(1.382,59)	(1.248,51)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(416,33)	(326,11)	-	-	-	(742,44)	(326,11)	155,65	(586,79)	(285,63)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(19,00)	-	-	-	-	(19,00)	-	7,35	(11,65)	(12,44)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.906,64)	(526,72)	-	-	-	(2.433,36)	(526,72)	452,33	(1.981,03)	(1.546,58)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquidado em 31/12/2022	Valor Liquidado em 31/12/2021
Em Curso	(35,68)	(595,30)	-	631,55	-	0,57	36,25	-	0,57	(35,68)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(35,68)	(595,30)	-	631,55	-	0,57	36,25	-	0,57	(35,68)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(153,85)	(355,86)	-	393,22	-	(116,50)	37,35	-	(116,50)	(153,85)
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(153,85)	(355,86)	-	393,22	-	(116,50)	37,35	-	(116,50)	(153,85)
Total	(189,53)	(951,16)	-	1.024,77	-	(115,93)	73,60	-	(115,93)	(189,53)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Vlr Referente Recebimento de Mercadorias Por Doação - 125522 - Dilter Jose Picin Correa De Oliveira	175,23
2 - Vlr Referente Recebimento de Mercadorias Por Doação - 218522 - Wadih Habib Fauaz	93,53
3 - Vlr Referente Recebimento de Mercadorias Por Doação - 192422 - Carlos Renato Teixeira	32,90
4 - Vlr Referente Recebimento de Mercadorias Por Doação - 39222 - Novo Horizonte Urbanizadora Spe Ltda	24,44
5 - Vlr Ref. Valores Aplicados de Obra Concluída - 844921 - Luis Antonio Rangel	22,49
6 - Vlr Recebimento de Obra Concluída - 568621 - Adalberto Luiz Casagrande	15,62
7 - Vlr Ref. Valores Aplicados de Obra Concluída - 156522 - Cecilio Cristóvão Castilho Avila	15,40
8 - Vlr Ref. Valores Aplicados de Obra Concluída - 228322 - São Joao Batista Agrícola S/A	12,66
9 - Vlr Ref. Valores Aplicados de Obra Concluída - 169722 - Tirso De Biasi	11,98
10 - Vlr Recebimento de Obra Concluída - 842721 - Dorival Aparecido Bandini	10,73

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A CERNHE não apresentou baixas de obrigações especiais no exercício de 2022.

Obrigações Especiais por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2022
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(1.671,92)	289,34	(1.382,58)
Data de aquisição: Anterior a 2019	(766,51)	197,37	(569,14)
Data de aquisição: 01/2019	(15,76)	2,37	(13,39)
Data de aquisição: 02/2019	(13,09)	1,96	(11,13)
Data de aquisição: 03/2019	(10,44)	1,56	(8,88)
Data de aquisição: 04/2019	(27,02)	4,06	(22,96)
Data de aquisição: 05/2019	(22,83)	3,42	(19,41)
Data de aquisição: 06/2019	(15,29)	2,29	(13,00)
Data de aquisição: 07/2019	(19,13)	2,87	(16,26)
Data de aquisição: 08/2019	(5,77)	0,86	(4,91)
Data de aquisição: 09/2019	(4,43)	0,67	(3,76)
Data de aquisição: 10/2019	(6,20)	0,93	(5,27)
Data de aquisição: 11/2019	(4,56)	0,69	(3,87)
Data de aquisição: 12/2019	(57,48)	8,63	(48,85)
Data de aquisição: 01/2020	(7,45)	0,84	(6,61)
Data de aquisição: 02/2020	(22,93)	2,58	(20,35)
Data de aquisição: 03/2020	(90,08)	10,11	(79,97)
Data de aquisição: 04/2020	(5,59)	0,63	(4,96)
Data de aquisição: 05/2020	(2,54)	0,29	(2,25)
Data de aquisição: 06/2020	(62,78)	7,04	(55,74)
Data de aquisição: 07/2020	(1,67)	0,18	(1,49)
Data de aquisição: 08/2020	(12,45)	1,40	(11,05)
Data de aquisição: 09/2020	(18,70)	2,09	(16,61)
Data de aquisição: 10/2020	(13,36)	1,50	(11,86)
Data de aquisição: 11/2020	(9,44)	1,06	(8,38)
Data de aquisição: 12/2020	(10,24)	1,15	(9,09)
Data de aquisição: 01/2021	(38,22)	2,81	(35,41)
Data de aquisição: 02/2021	(8,08)	0,59	(7,49)

Data de aquisição: 03/2021	(2,82)	0,21	(2,61)
Data de aquisição: 04/2021	(20,78)	1,53	(19,25)
Data de aquisição: 05/2021	(6,04)	0,44	(5,60)
Data de aquisição: 06/2021	(3,05)	0,22	(2,83)
Data de aquisição: 07/2021	(58,34)	4,29	(54,05)
Data de aquisição: 08/2021	(18,66)	1,37	(17,29)
Data de aquisição: 09/2021	(24,22)	1,78	(22,44)
Data de aquisição: 10/2021	(8,35)	0,61	(7,74)
Data de aquisição: 11/2021	(40,56)	2,98	(37,58)
Data de aquisição: 12/2021	(16,45)	1,21	(15,24)
Data de aquisição: 01/2022	(11,58)	0,85	(10,73)
Data de aquisição: 02/2022	(31,55)	2,32	(29,23)
Data de aquisição: 03/2022	(27,56)	2,03	(25,53)
Data de aquisição: 04/2022	(12,17)	0,89	(11,28)
Data de aquisição: 05/2022	(19,32)	1,42	(17,90)
Data de aquisição: 06/2022	(23,13)	1,70	(21,43)
Data de aquisição: 07/2022	(22,32)	1,64	(20,68)
Data de aquisição: 08/2022	(19,58)	1,44	(18,14)
Data de aquisição: 09/2022	(15,11)	1,11	(14,00)
Data de aquisição: 10/2022	(0,82)	0,06	(0,76)
Data de aquisição: 11/2022	(10,82)	0,80	(10,02)
Data de aquisição: 12/2022	(6,65)	0,49	(6,16)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(742,44)	155,64	(586,80)
Data de aquisição: Anterior a 2019	(338,54)	134,09	(204,45)
Data de aquisição: 11/2021	(77,80)	4,15	(73,65)
Data de aquisição: 02/2022	(24,44)	1,30	(23,14)
Data de aquisição: 06/2022	(208,13)	11,11	(197,02)
Data de aquisição: 08/2022	(93,53)	4,99	(88,54)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(19,00)	7,35	(11,65)
Data de aquisição: Anterior a 2019	(19,00)	7,35	(11,65)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda			
Excedente de reativos			
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(2.433,36)	452,33	(1.981,03)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 1.916,10 (Reais/mil), sendo composto por - 1.916.099 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
JOSE ANTONIO REDIGOLO	3854	0,20%
FAUSTO MIZAEI	4094	0,21%
MANOEL CARLOS RIBEIRO	589	0,03%
CLAUDINEI RUIS MESTRINER	974	0,05%
LUIS ANTONIO RANGEL	1731	0,09%
ORLANDO EMILIO DELLA TOGNA	3438	0,18%
JOSIMAR ALVES DO VALLE	1450	0,08%
ALCIDES RODRIGUES ZANA	844	0,04%
CLAUDIO JOÃO TROLEZI	2049	0,11%
RUBENS SCARAMUZZA FILHO	2568	0,13%
JOÃO ANTONIO QUESSADA FRACASSO	20	0,00%
JORGE SALOMÃO BUAINAIN JACOB	1335	0,07%
REINALDO APARECIDO GOTARDO	1685	0,09%
Demais Cooperados	1.891.468,00	98,71%
TOTAL	1.916.099,00	100,00%

Outros Resultados Abrangentes

	2022	2021
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	5.314,08	6.036,80
Total	5.314,08	6.036,80

Reservas de Lucro

	2022	2021
Reserva legal	2.937,16	2.502,90
RATES	410,98	513,86
Reservas Desenvolvimento	24.966,46	21.075,20
Reservas Equalização	173,33	173,33
Total	28.487,93	24.265,29

Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia

	2022	2021
Capital Social	1.916,10	1.959,55
Sobras	3.576,90	3.420,77
(-) Perdas	0,00	0,00
Total	5.493,00	5.380,32
Patrimônio Líquido	39.295,01	35.682,41

12. Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
Receita Bruta	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento - Faturado	4.686	4.700	18.810	22.714	12.831,21	14.215,54
Residencial	3.239	3.153	4.931	4.351	3.945,04	3.493,19
Industrial	11	10	1.134	1.125	1.278,73	1.205,14
Comercial	152	145	1.119	1.071	921,31	890,86
Rural	1.261	1.369	10.395	14.873	5.996,20	7.864,83
Poder público	7	7	34	29	27,50	23,49
Iluminação pública	2	2	881	878	417,60	444,07
Serviço público	14	14	316	387	244,83	293,96
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	5.891,29	6.042,09
Consumidores Cativos	-	-	-	-	5.891,29	6.042,09
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(5.891,29)	(6.042,09)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(5.891,29)	(6.042,09)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	2	-	13	-	10,09	29,72
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	9,96	105,44
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	189,75	36,67
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	12,68	18,43
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	10.594,24	10.629,01
Total	4.688	4.700	18.823	22.714	23.647,93	25.034,81

13. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2022 e 2021, a CERNHE não efetuou operação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2022	2021
Pessoal	3.519,91	3.144,64
Remuneração	1.795,28	1.575,02
Encargos	800,49	807,37
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	238,38	45,32
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	117,27	104,98
Outros benefícios - Corrente	340,61	392,02
Estagiários e Programa de Inicialização ao Trabalho	3,33	-
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	224,55	219,93
Administradores	678,92	494,39
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	678,92	494,39
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	4.198,83	3.639,03

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	4.228,75	3.802,01
Ajustes Efeitos IFRS	589,98	611,50
Lucro Ajustado	4.818,73	4.413,51
Ajustes Lalur	(3.341,65)	(3.330,51)
Base de Cálculo Fiscal	1.477,08	1.083,00
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(476,21)	(342,73)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(476,21)	(342,73)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade

Sendo a CERNHE uma Distribuidora de Energia Elétrica, com uma só atividade concedida, está dispensada da publicação de Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1 Revisão e Reajuste Periódica

Em 2017, conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 2.244 de 16 de maio de 2017, ocorreu o terceiro Ciclo de Revisão Tarifária. Este Ciclo conduziu a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,40%.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizada pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2 Reajuste Tarifário Anual

Em julho de 2022 aconteceu o Reajuste Tarifário da empresa. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2022 e 2023, representou 9,73% percebido pelos cooperados e consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração atualizados anualmente pelo fator IPCA menos fator X.

	IPCA - Fator X	1,76%	3,62%	0,98%	7,20%	10,46%
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Descrição	Valores	Valores	Valores	Valores	Valores	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	42.587,60	43.337,14	44.905,95	45.346,03	48.610,94	53.695,64
(2) Índice de Aproveitamento Integral						
(3) Obrigações Especiais Bruta	-	-	-	-	-	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	10.801,91	10.992,02	11.389,93	11.501,56	12.329,67	13.619,35
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	31.785,69	32.345,12	33.516,01	33.844,47	36.281,27	40.076,29
(6) Depreciação Acumulada	19.481,09	19.823,95	20.541,58	20.742,89	22.236,38	24.562,30
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)						
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado						
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado						
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-	-	-	-	-	-
(10) Almoxarifado em Operação	127,76	130,01	134,72	136,04	145,83	161,09
(11) Ativo Diferido						
(12) Obrigações Especiais Líquida	-	-	-	-	-	-
(13) Terrenos e Servidões	-	-	-	-	-	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8) +(10) +(11)-(12) +(13)	23.234,28	23.643,20	24.499,09	24.739,18	26.520,40	29.294,43
(15) Saldo RGR PLPT	-	-	-	-	-	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-	-	-	-	-	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.271,43	1.293,80	1.340,64	1.353,78	1.451,25	1.603,05
(19) WACC real antes de impostos	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-	-	-	-	-	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-	-	-	-	-	-
22) Remuneração do Capital (15) *(20) +(16) *(21) + [(14)-(15)-(16)] *(19)	875,93	891,35	923,61	932,67	999,82	1.104,40

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

	IPCA - Fator X	1,76%	3,62%	0,98%	7,20%	10,46%
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Descrição	Valores	Valores	Valores	Valores	Valores	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.042,73	2.078,68	2.153,93	2.175,04	2.331,64	2.575,53
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	510,68	519,67	538,48	543,76	582,91	643,88
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	510,68	519,67	538,48	543,76	582,91	643,88
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.021,37	1.039,34	1.076,97	1.087,52	1.165,82	1.287,77
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	27,93	28,42	29,45	29,74	31,88	35,22
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	82,58	84,03	87,08	87,93	94,26	104,12
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	211,96	215,69	223,5	225,69	241,94	267,25
(8) CAIMI = (5) +(6) +(7)	322,47	328,15	340,03	343,36	368,08	406,59

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Em 2017, conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 2.244 de 16 de maio de 2017, ocorreu o Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária. Este Ciclo conduziu a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,40%.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizada pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

Em julho de 2022 aconteceu o Reajuste Tarifário da empresa. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2022 e 2023, representou 9,73% percebido pelos cooperados e consumidores.

Descrição	Receita	Receita	Revisão	Variação	Impacto na	Part.
	Último IRT	Verificada		Projetada	Revisão	na Receita %
	R\$			%	Tarifa roa %	
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	1.793,31	9.607,03	10.647,44	17,41	1,36	0,46
1.1. Encargos Setoriais	557,6	1.426,99	2.183,65	4,06	1,19	0,09
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	24,04	60,51	71,6	151,76%	18,32%	0,31%
CDE	430,82	1.182,18	1.753,99	174,40%	48,37%	7,65%
PROINFA	102,75	184,29	280,09	79,36%	51,98%	1,22%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	77,97	-	-	-
1.2. Transmissão	229,46	2.148,42	2.554,18	8,36	0,19	0,11
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-

Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	229,46	2.148,42	2.554,18	836,30%	18,89%	11,14%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	1.006,25	6.031,62	5.909,62	4,99	-0,02	0,26
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	1.006,25	6.031,62	5.909,62	499,42%	-2,02%	25,78%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	5.409,74	10.204,04	12.273,51	0,89	0,2	0,54
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	5.409,74	10.204,04	12.273,51	88,62%	20,28%	53,55%
3. Reposicionamento Econômico	-	-	15,70%	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-	-	-52,44%	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	-	-	-36,74%	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	46,47%	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	-	-	9,73%	-	-	-

Cálculo do Valor da Parcela B

PLEITO DA PARCELA B PARA CICLO 2022/2023

ITENS	VALOR
Operação/Manutenção/Administração	6.485,32
Investimentos/Reservas/Outras receitas	5.788,19

PARCELA B CONSIDERADA	12.273,51
------------------------------	------------------

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

		2022			2021		
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		20.984,05	-	20.984,05	18.974,38	-	18.974,38
Caixa e equivalentes de caixa		12.134,88	-	12.134,88	13.456,37	-	13.456,37
Consumidores	18.1	1.952,24	-	1.952,24	2.143,83	-	2.143,83
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		95,27	-	95,27	39,03	-	39,03
Tributos compensáveis		286,24	-	286,24	269,3	-	269,3
Depósitos judiciais e cauções			-	-		-	-
Almoxarifado operacional		823,72	-	823,72	549,64	-	549,64
Investimentos temporários		3.043,71	-	3.043,71	-	-	-
Empréstimos			-	-		-	-
Ativos financeiros setoriais	18.2	1.270,72	-	1.270,72	547,96	-	547,96
Despesas pagas antecipadamente		63,82	-	63,82	39,46	-	39,46
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	18.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos			-	-		-	-
Outros ativos circulantes		1.313,45	-	1.313,45	1.928,79	-	1.928,79
Ativo não circulante		23.312,58	-	17.998,50	20.867,12	-	14.830,32
			5.314,08			6.036,80	
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		356,79	-	356,79	321,28	-	321,28
Depósitos judiciais e cauções		65,6	-	65,6	19,66	-	19,66
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	18.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes				-			-
Bens e atividades não vinculados à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		149,1	-	149,1	133,88		133,88
Imobilizado	18.4	22.739,56	-	17.425,48	20.390,58	-	14.353,78
			5.314,08			6.036,80	
Intangível	18.5	1,53	-	1,53	1,72		1,72
Total do ativo		44.296,63	-	38.982,55	39.841,50	-	33.804,70
			5.314,08			6.036,80	

Passivo							
Passivo circulante		2.881,81	-	2.881,81	2.400,11	-	2.400,11
Fornecedores		751,91	-	751,91	692,34	-	692,34
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		543,99	-	543,99	492,91	-	492,91
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		474,66	-	474,66	395,03	-	395,03
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		152,13	-	152,13	482,33	-	482,33
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.1	333,79	-	333,79	256,02	-	256,02
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		625,33	-	625,33	81,48	-	81,48

Passivo não circulante		2.119,81	-	2.119,81	1.758,97	-	1.758,97
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		22,86	-	22,86	22,86	-	22,86
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2.096,95	-	2.096,95	1.736,11	-	1.736,11
Total do passivo		5.001,62	-	5.001,62	4.159,08	-	4.159,08

Patrimônio líquido							
Capital social		1.916,10	-	1.916,10	1.959,55	-	1.959,55
Reservas de capital		-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		5.314,08	5.314,08	-	6.036,80	6.036,80	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		28.487,93	-	28.487,93	24.265,30	-	24.265,30
Sobras à disposição da Assembleia		3.576,90	-	3.576,90	3.420,77	-	3.420,77
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		39.295,01	5.314,08	33.980,93	35.682,42	6.036,80	29.645,62
Total do passivo e do patrimônio líquido		44.296,63	5.314,08	38.982,55	39.841,50	6.036,80	33.804,70

		2022			2021		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		23.647,94	-	23.647,94	25.034,80	-	25.034,80
Fornecimento de energia elétrica		6.950,02	-	6.950,02	8.203,16	-	8.203,16
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		5.891,29	-	5.891,29	6.042,09	-	6.042,09
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		189,75	-	189,75	36,67	-	36,67
Serviços cobráveis		12,68	-	12,68	18,43	-	18,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		10.594,24	-	10.594,24	10.629,01	-	10.629,01
Outras receitas vinculadas		9,96	-	9,96	105,44	-	105,44
Tributos		-1.474,30	-	-1.474,30	-1.667,48	-	-1.667,48
ICMS		-1.347,90	-	-1.347,90	-1.508,04	-	-1.508,04
PIS-PASEP		-22,48	-	-22,48	-28,37	-	-28,37
COFINS		-103,77	-	-103,77	-130,94	-	-130,94
ISS		-0,15	-	-0,15	-0,13	-	-0,13
Encargos - Parcela "A"		-1.608,35	-	-1.608,35	-2.726,31	-	-2.726,31
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-

Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-1.533,34	-	-1.533,34	-1.174,81	-	-1.174,81
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	-75,01	-	-75,01	-61,46	-	-61,46
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	-	-	-	-1.490,04	-	-1.490,04
Receita líquida / Ingresso líquido	20.565,29	-	20.565,29	20.641,01	-	20.641,01
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-9.680,50	-	-9.680,50	-10.100,85	-	-10.100,85
Energia elétrica comprada para revenda	-6.779,74	-	-6.779,74	-9.932,89	-	-9.932,89
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	-241,93	-	-241,93	-167,96	-	-167,96
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-2.658,83	-	-2.658,83	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.884,79	-	10.884,79	10.540,16	-	10.540,16
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	-7.877,66	589,98	-7.287,68	-7.226,24	611,5	-6.614,74
Pessoal e administradores (inclui 678,92 de remuneração a administradores)	-4.198,83	-	-4.198,83	-3.639,02	-	-3.639,02
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	-1.046,44	-	-1.046,44	-1.119,73	-	-1.119,73
Serviços de terceiros	-879,65	-	-879,65	-891,13	-	-891,13
Arrendamento e aluguéis	-355,05	-	-355,05	-303,11	-	-303,11
Seguros	-57,94	-	-57,94	-53,91	-	-53,91
Doações, contribuições e subvenções	-18,33	-	-18,33	-38,39	-	-38,39
Provisões	-1,81	-	-1,81	-0,07	-	-0,07
Recuperação de despesas	243,49	-	243,49	46,18	-	46,18
Tributos	-218,8	-	-218,8	-185,21	-	-185,21
Depreciação e amortização	-1.378,30	589,98	-788,32	-1.323,57	611,5	-712,07
Gastos diversos da atividade vinculada	-55,19	-	-55,19	-46,32	-	-46,32
Outras Receitas Operacionais	264,51	-	264,51	558,35	-	558,35
Outras Gastos Operacionais	-175,32	-	-175,32	-230,31	-	-230,31
Resultado da Atividade	3.007,13	589,98	3.597,11	3.313,92	611,5	3.925,42
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	1.221,63	-	1.221,63	488,1	-	488,1
Despesas financeiras	-352,84	-	-352,84	-189,44	-	-189,44
Receitas financeiras	1.574,47	-	1.574,47	677,54	-	677,54
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	4.228,76	589,98	4.818,74	3.802,02	611,5	4.413,52
Despesa com impostos sobre os lucros	-476,21	-	-476,21	-342,74	-	-342,74
Resultado líquido das operações em continuidade	3.752,55	589,98	4.342,53	3.459,28	611,5	4.070,78
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	3.752,55	589,98	4.342,53	3.459,28	611,5	4.070,78
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	1,96	0,31	2,27	1,77	0,31	2,08
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

Nas notas 18.1, 18.2 e 18.3 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2021 e 2022. Nas notas 18.4 e 18.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

18.1 Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3 Ativos Financeiros da Concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2022	2021
Saldos no início (Societário)	33.980,93	29.645,61
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	5.314,09	6.036,80
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Capital Social	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	21.233,28	21.366,01
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(15.919,19)	(15.329,21)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim (Regulatório)	39.295,02	35.682,41

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

18.9. Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	4.342,53	4.070,78
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(589,98)	(611,50)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(589,98)	(611,50)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.752,54	3.459,27

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizada no exercício de 2022, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERNHE;
 - b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERNHE;
 - c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica; etc.
- Em 2022 os efeitos deste decreto continuam trazendo impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2022 a CERNHE contabilizou 14,19% de Perdas (Técnicas mais não técnicas). Durante o ano de 2023, a CERNHE continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

19.3. Fato Relevante – Novo Marco Regulatório do GD

Ao final do exercício de 2022, a ANEEL regulamentou o novo marco regulatório da Geração Distribuída pelo Sistema de Compensação. Com esta regulamentação, o desequilíbrio econômico financeiro que acontecia da entrada em operação até o próximo processo tarifário da Empresa foi sanado, e a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Trouxe, também, o início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, de maneira diferente para os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

19.4. Lei de Proteção dos Dados - LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados - nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Dados pessoais são informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável (endereço, dados cadastrais, informações sobre benefícios, etc.).

Dados pessoais sensíveis são dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

A CERNHE, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários e empresa parceira de sistemas, níveis de sigilo para que os dados sejam tratados e sua divulgação seja vetada em qualquer formato referente os DADOS PESSOAIS e DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.

20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2023 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

JOSÉ ANTONIO REDÍGOLO
Presidente

MANOEL CARLOS RIBEIRO
Secretário

PEDRO JULIANO BETE
Contador
CRC – 1SP293404/O-7

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Regulatória



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE

CNPJ 53.176.038/0001-86 - I.E. 483.003.274.114

PABX:- (17) 3542-1208 – Plantão 0800-7741401

e-mail: cernhe@cernhe.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, em cumprimento ao que determina o artigo 47, letra I, do Estatuto Social, examinamos Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Regulatória representam a posição financeira e a patrimonial da cooperativa em 31 de dezembro de 2022; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Novo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Nome Completo

Conselheiro Fiscal Efetivo - ALCIDES RODRIGUES ZANA

Conselheiro Fiscal Efetivo - ORLANDO EMILIO D. TOGNA

Conselheiro Fiscal Efetivo - WILSON JOSÉ DE LAZARI

Assinatura

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar
CEP 14021-613 - Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE
Novo Horizonte SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cooperativa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção para a nota explicativa 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cooperativa a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

A Cooperativa preparou demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de fevereiro de 2023.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos Auditores Independentes pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

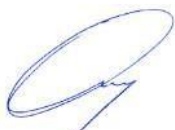
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Octávio Bution Neto
Contador - CRC 1SP243568/O-1